



Invertir en la población rural

## **Republica Federativa do Brasil - Estado Do Piauí**

---

### **Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido do Estado do Piauí**

#### **(Projeto Viva o Semiárido / Mais Viver Semiárido)**

#### **Relatório de supervisão**

#### **Relatório principal y apêndices**

Datas da Missão: 6-9 e 20-24 junho 2016  
Data do documento: Dezembro 2016  
N.º do projecto: 1486-BR  
N.º do relatório: 4302-BR

Divisão da América Latina e Caribe  
Departamento de Administração de Programas

## Índice

<b>Acrónimos y siglas</b>	i
<b>Mapa del área del proyecto</b>	i
<b>Memorando</b>	1
Apêndice 1: Resumen del estado del proyecto y ratings	16
Apêndice 2: Marco lógico - dados de identificação do programa	19
Apêndice 3 : Plano de Trabalho FIDA-Governo do Piauí	22
Apêndice 4: Avanço de indicadores respeito do POA (junho de 2016)	23
Apêndice 5: Aspectos financeiros	26
Apêndice 6: Cumprimento das cláusulas legais: estado de implementação em 21/03/2016	28

## **Acrónimos y siglas**

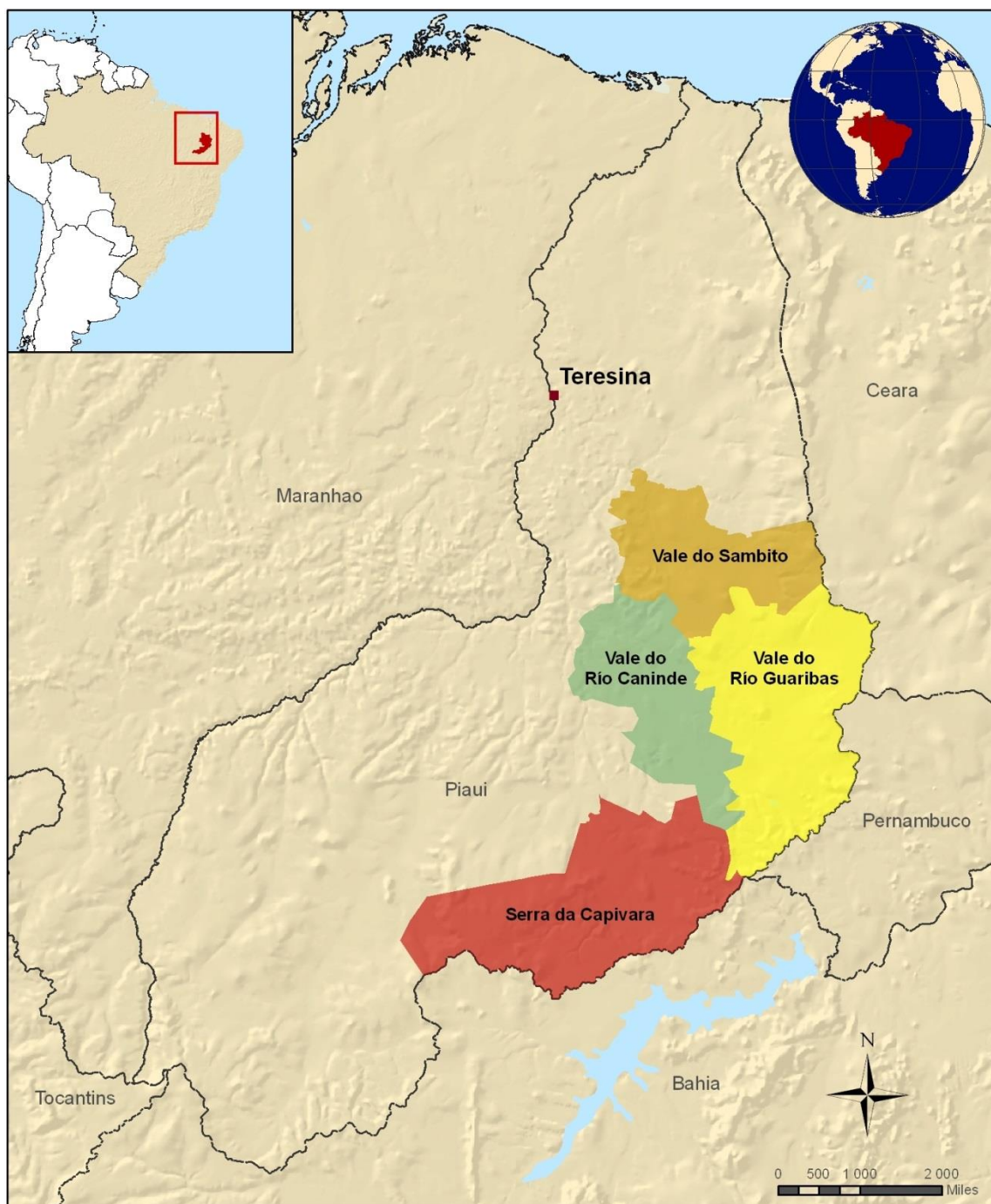
ATS	assistência técnica sistemática
CEPRO	Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
CONGEP	Conselho de Gestão do Projeto
DCPR	Diretoria de Combate à Pobreza Rural
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí
M&A	Monitoramento e avaliação
PROGERE	Programa de Geração de Emprego e Renda
PVSA	Projeto Viva o Semiárido
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEDUC	Secretaria da Educação
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SETRE	Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo
URGPs	Unidades Regionais do Projeto

## Mapa da área do projeto

### Brazil

#### Piauí Semi-arid Project

##### *Territories of the project area*



The designations employed and the presentation of the material in this map do not imply the expression of any opinion whatsoever on the part of IFAD concerning the delimitation of the frontiers or boundaries, or the authorities thereof.

Map compiled by IFAD



Invertir en la población rural

## Memorando

República Federativa do Brasil – Estado do Piauí

Projeto Viva o Semiárido / Mais Viver Semiárido

Missão de supervisão: 6 a 8 de junho e 20 a 24 de junho de 2016

### A. Introdução

1. Este Memorando apresenta um resumo das conclusões da Missão de Supervisão<sup>1</sup> do Projeto Viva o Semiárido (PVSA) e detalha acordos sobre medidas e ações necessárias para melhorar a execução e os resultados do Projeto. Durante a permanência no Estado do Piauí, a Missão manteve reuniões com o Governador do Estado, Sr. Wellington Dias, com o Secretário de Desenvolvimento Rural (SDR), com o Secretário da Fazenda (SEFAZ), com o Secretário de Planejamento (SEPLAN), com a Secretaria da Educação (SEDUC), com o Secretário do Trabalho e Empreendedorismo (SETRE), o Diretor Presidente do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí (EMATER), e com o Presidente da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO) e com suas respectivas equipes técnicas. A missão em Teresina foi antecedida por vistas no campo para visitar as comunidades e organizações apoiadas pelo PVSA nos municípios de Betânia do Piauí, Bela Vista, Campo Grande, Dom Expedito Lopes, Paulistana, Picos, Santo Inácio, Simpício Mendes. Além disso a missão visitou as Unidades Regionais do Projeto (URGP) em Paulistana e Picos. Revisou diversos relatórios e informações preparadas pelo Projeto, e manteve reuniões em Teresina com a equipe da UGP, assim como os representantes das cinco URGPs.

2. A Missão agradece por todo o apoio recebido pelas autoridades estaduais, pelo pessoal técnico do PVSA e das co-executoras, pelos parceiros e, principalmente, às comunidades visitadas.

### B. Avaliação geral da implementação do projeto

3. A situação do Projeto Viva o Semiárido melhorou significativamente em comparação com a última supervisão realizada em março de 2015. A taxa de desembolsos do empréstimo é de 23%, porém, a execução financeira ainda é baixa e está em 15% do orçamento total. Os valores um ano atrás eram de 10% e 5% respectivamente. Esses dados refletem o início de investimentos em Planos de Negócios, após serem realizadas ações de mobilização e divulgação do Projeto em 46 municípios priorizados, serem identificadas comunidades prioritárias e iniciado o processo de formulação de PNs, que ainda se encontra em curso. Vale salientar os avanços na identificação de um alto número de PNs potenciais, sendo apresentadas ao Projeto mais de 222 cartas consulta de organizações interessadas. Já foram aprovados 11 PNs por R\$ 5,8 milhões, para 1,038 famílias beneficiárias, sendo realizados repasses e iniciada a execução de 5 desses PNs, dos quais dois são planos comunitários com organizações de agricultores familiares e três são PNs estratégicos com as organizações COMAPI, COCAJUPI e ASCOBETANIA. Os PNs estratégicos fortalecem a participação de novas famílias em organizações bem estruturadas e em cadeias produtivas de boa inserção comercial e potencial de crescimento. Outros 6 PNs se encontram próximos a começar a implementação, com um valor de R\$ 4.3 milhões e 593 famílias beneficiárias. Outros 12 PNs já foram elaborados e estão sendo analisados pela UGP, para beneficiar 593 famílias. Essas atividades, junto aos avanços no credenciamento de entidades de assistência técnica, vão permitir que até final de este ano se encontrem em execução um número importante de PNs.

4. A missão estimou que, até o final do ano, seria possível atingir um acumulado de aproximadamente 150 PNs elaborados e aprovados e com execução iniciada, com um valor estimado em pelo menos R\$ 30 milhões e beneficiando a mais de 5.000 famílias. Destacam-se também avanços na estruturação (embora ainda incompleta) das URGPs, o credenciamento de entidades para trabalhar na formulação de PNs e na assistência técnica sistemática (ATS) a sua execução, e a implementação do estudo de linha de base, que se encontra bem avançado.

---

<sup>1</sup> A Missão de Supervisão do FIDA esteve composta por Hardi Vieira (Oficial de Programas do FIDA no Brasil), Octavio Damiani (Especialista em Desenvolvimento Rural), Emmanuel Bayle (Especialista em Sistemas Produtivos), Danilo Pisani (Especialista em Gerenciamento Financeiro), Pablo Sidersky (Especialista em Desenvolvimento de Capacidades), Rodrigo Dias (Especialista em Monitoramento e Avaliação), Lea Cardoso Vaz (Especialista em Focalização e Gênero), e Diogo dos Santos Nascimento (Especialista em Aquisições e Contratações).

5. Apesar desses avanços, o Projeto ainda tem problemas e gargalos que precisam ser superados, entre os quais vale destacar de forma prioritária:

- a. definir um sistema de assistência técnica que permita um trabalho de qualidade no apoio às comunidades, a formulação de PNs de boa qualidade, e a assistência à sua implementação;
- b. acelerar o início de ações do Desenvolvimento Humano e Social a serem realizadas pelas coexecutoras SEDUC e SETRE, que avançaram muito pouco;
- c. melhorar a qualidade dos PNs, o que implica a melhoria dos processos de formulação e de revisão;
- d. melhorar a conformação das URGPs, com disponibilidade de pessoal técnico, espaço físico, veículos e equipamentos de trabalho, e
- e. definir uma estratégia e mecanismos operacionais de trabalho de gênero e jovens;
- f. montar um sistema de Monitoramento e Avaliação adequado;
- g. disponibilizar o Sistema Contábil Financeiro do Projeto; e
- h. melhorar a gestão do pessoal envolvido diretamente com o Projeto, tanto da UGP como nas URGPs e as coexecutoras, com particular ênfase na definição clara de responsabilidades e produtos, e uma melhor distribuição do pessoal entre o nível central em Teresina e nas URGPs, que precisam ser fortalecidas.

6. Nos próximos meses, o Projeto enfrentará o desafio da execução de um alto número de PNs que se encontram em fase de formulação, assim como continuar a formulação de PNs em outras comunidades e municípios. Para enfrentar esse desafio, a assistência técnica precisa de diversos ajustes, o que requer clarificações nos termos de referência (TdR) do edital já realizado para credenciar as entidades de assistência técnica, que são detalhados nas próximas seções. Os TdR do próximo edital a ser realizado também devem incorporar essas mudanças, assim como um melhor detalhamento da metodologia de trabalho da assistência técnica com as comunidades, organizações e grupos de interesse que participam dos PNs. A qualidade dos PNs precisa melhorar, o que exige um melhor desenho e um processo de revisão mais efetivo, que assegure que os PNs submetidos à análise do Conselho de Gestão do Projeto (CONGEP) já tenham a qualidade adequada.

7. Além disso, o bom acompanhamento às ações do Projeto nos territórios necessitam de URGPs fortalecidas na sua capacidade de acompanhamento pela contratação de técnicos especialistas em PNs, por meio do PCT vigente com o IICA, para trabalhar nas URGPs no acompanhamento e apoio à execução de PNs, adequando o desenho dos TdRs, e evitando que esses técnicos passem a maior parte do tempo preparando relatórios. Ao mesmo tempo, é necessário que sejam bem definidas as funções, responsabilidades e produtos dos membros da UGP central e das coexecutoras, já que o pessoal do projeto tem crescido muito (mais de 60 funcionários, a grande maioria de dedicação exclusiva), sendo que a maioria deles se encontram em Teresina.

8. No momento da supervisão, a missão foi informada que está em curso a nomeação do novo Coordenador, Francisco das Chagas Ribeiro Filho, com quem a missão teve a oportunidade de interagir, e cuja nomeação será informada oficialmente. Também está em trâmite final a nomeação de uma nova Coordenadora de M&A.

#### **D. Produtos e resultados**

9. Desde a última missão de supervisão realizada em março de 2015, se verificaram importantes avanços. Durante 2015, embora a execução das ações e dos recursos previstos no POA foram baixas, foram realizadas diversas ações preparatórias das atividades finalísticas do Projeto, entre as quais se destacam quatro seminários territoriais e 46 seminários municipais para promover e divulgar o Projeto para representantes de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, lideranças de organizações da sociedade civil, e 5 oficinas e encontros regionais com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, dentro da estratégia de ampla divulgação do Projeto. Paralelamente, foi efetivado o Projeto de Cooperação Técnica entre o Governo do Estado do Piauí e o IICA, que tinha sido assinado desde 2013, e foi assinado um Acordo de Cooperação com a Fundação CEPRO, para a elaboração do estudo de linha de base do Projeto.

10. Como resultado dos trabalhos de promoção e divulgação, foram selecionadas com participação ativa nesses Conselhos Municipais as comunidades priorizadas pelo Projeto para sua atuação inicial de identificação e formulação de PNs. Nessas comunidades, estão sendo identificados e formulados Planos de Negócios por equipes técnicas do EMATER, entidades privadas e alguns consultores individuais. Até o momento atual, foram aprovados 11 PNs, por um valor de R\$ 5,8 milhões e 1.038 famílias beneficiárias. Dos beneficiários diretos, 248 são mulheres e 213 jovens. Seis PNs já receberam repasse de recursos e iniciaram a execução, sendo 3 deles PNs estratégicos com as organizações COCAJUPI, COMAPI e ASCOBETANIA. Os PNs concentram-se nas cadeias produtivas de mel, caju e caprino-ovinocultura. Outros 12 PNs já foram elaborados e se encontram em fase de análise pela UGP, entre os quais se encontra um PN estratégico com a Central de Cooperativas do Semiárido Brasileiro (Casa Apis). Esses planos tem um valor proposto de R\$ 4,3 milhões, e preveem beneficiar a 593 famílias, sendo 121 as mulheres e 59 os jovens que são beneficiários diretos. Outros 11 PNs se encontram em fase de formulação. Além disso, foram identificados mais 222 possíveis PNs, sendo recebidas as cartas consulta correspondentes.

11. Em relação ao componente de Desenvolvimento Humano e Social, foi preparado a proposta estratégica e o plano de trabalho de ações de educação contextualizada e formação profissional a serem implementadas pela Secretaria de Educação (SEDUC) e a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo (SETRE). Porém, sua implementação tem mostrado poucos avanços, sendo realizada a divulgação de ações e assinatura de termos

de adesão com prefeituras para os trabalhos de educação contextualizada. A situação de atraso maior se verifica nas ações de formação profissional, nas que não foram executadas ações e, alguns dos técnicos nomeados pela SETRE e para fazer parte das URGP não assumiram suas funções.

## **E. Progresso na implementação do Projeto**

### **E.1. Monitoramento e avaliação (M&A)**

12. A missão identificou uma fragilidade na troca de informações do sistema de monitoramento e avaliação do projeto, entre a UGP, URGP e a SEPLAN. Segundo o desenho inicial do projeto, cabe à SEPLAN liderar o processo de desenvolver as atribuições referentes ao M&A, e ser responsável pela elaboração do Relatório Técnico de Progresso com periodicidade mínima semestral, a atualização do POA 2016 com inclusão de indicadores e codificação apropriada por meio de listagem de atividades e respectivos indicadores, a atualização de metas e resultados dos indicadores com relação ao POA e metas do Projeto; análise e comunicação dos dados da Linha de Base, incorporação da matriz de indicadores de gestão e avaliação ao dia-a-dia das atividades de M&A do Projeto. Haja vista, para o atendimento destas atividades, o projeto juntamente com a SEPLAN necessita construir um plano de trabalho colaborativo, com a apresentação de responsabilidades de todas as entidades, fluxos de processos, metas e resultados de avanço.

13. Em relação a UGP, a missão identificou que não há definição clara quanto à escolha de especialistas em M&A na UGP para coleta de informações das URGP, sendo que atualmente fica exclusivamente a cargo da SEPLAN a responsabilidade quanto a esta tarefa. A missão solicita de forma urgente a definição do arranjo do sistema de M&A do projeto, e caso haja necessidade, a seleção de profissional de M&A para compor o quadro técnico da UGP. No entanto, independente do arranjo definido, recomenda-se a permanência da cooperação com a SEPLAN, principalmente no que diz respeito à atualização do quadro de indicadores de gestão e impacto do sistema de M&A da carteira do FIDA no Brasil, pela grande importância desta Secretaria no apoio para as análises dos resultados de avanço do projeto.

14. Caso a SEPLAN e a coordenação do projeto identifiquem a necessidade de incorporação de um profissional de M&A junto a equipe interna da UGP, a missão reconhece que a funcionária da SEPLAN, Andrea Simone dos Santos Sousa, é capaz de desenvolver as atividades descritas, tendo em conta que a mesma possui habilitação necessária e conhecimentos prévios do andamento do projeto.

15. Linha de Base. O projeto firmou a manutenção da cooperação técnico-financeiro com a Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais (CEPRO) para a elaboração do estudo de linha de base. Até o momento da missão, foram aplicados 842 questionários (do universo de 1.043), nas áreas previstas inicialmente, restando apenas a região do Vale do Canindé para a conclusão da etapa de levantamento em campo. A CEPRO informou a data de 27 de junho como limite para a finalização desta fase.

16. No caso particular deste estudo, não houve a diferenciação quanto à escolha das comunidades tratamento e controle, tendo em vista que o termo de referência não previa a adoção desta classificação. Neste cenário, a missão destaca a importância na identificação de uma metodologia capaz, classificar os formulários segundo os grupos de tratamento e controle, usando como base o plano de atuação do projeto. Cabe a CEPRO, juntamente com a SEPLAN e UGP elaborarem um documento contendo uma proposta de classificação dos formulários, que deverá ser entregue juntamente com o relatório final da linha de base. Da totalidade de questionários aplicados, 647 foram digitalizados em sistema de controle próprio da instituição, sendo que a missão ratificou a necessidade da transposição para o sistema de layout próprio do FIDA e todas as informações necessárias para este repasse foram disponibilizadas pelo FIDA. Um relatório parcial foi entregue pela CEPRO durante a missão.

17. Ficou acordado na missão que a CEPRO entregará o relatório final da linha de base, contendo uma análise estratificada e conclusões no dia 30 de julho, e na ocasião da II Oficina de M&A do FIDA Brasil, a ser realizada em Teresina, a equipe da CEPRO fará uma apresentação com a totalidade dos questionários aplicados, inclusive contendo uma análise dos resultados. O banco de dados contendo as respostas dos questionários será disponibilizado até o final de junho em formato eletrônico segundo layout disponibilizado pelo FIDA, sendo sua incorporação ao Sistema M&A do FIDA realizada de forma imediata.

18. Monitoramento dos indicadores do POA/Marco Lógico. A missão não identificou uma padronização para o acompanhamento dos indicadores, sendo este realizado sob formas distintas nas URGP visitadas. A missão recomenda ao projeto a urgência na elaboração e implantação deste processo, uma vez que o projeto movimenta um volume significativo de informações provenientes das unidades descentralizadas. Recomenda-se a que este método seja composto pelos seguintes componentes: Monitoramento do fluxo de informações das equipes de AT e das unidades de URGP e UGP; identificação das formas de comunicação; detalhamento dos instrumentos utilizados, padronizações das propostas, temporalidade e os cargos dos responsáveis de cada entidade envolvida. Fica definido também que a SEPLAN e os responsáveis pelo M&A do Viva Semiárido realizarão reuniões mensais ou bimestrais, internos à UGP e a SEPLAN, para a apresentação dos resultados de acompanhamento e uma breve análise dos resultados a fim de subsidiar a tomada de decisão dos gestores do projeto.

19. A missão informou que entre os dias 11 e 13 de julho haverá o 2º workshop de monitoramento e avaliação (M&A), promovido pelo FIDA em Teresina (PI), que irá capacitar e receber o feedback das equipes dos projetos FIDA no país do sistema informatizado de M&A, que incluirá a SEPLAN, CEPRO além da UGP.

20. Ficam os seguintes acordos:

- a. Entrada dos dados de metas e realizados dos indicadores do ML no sistema M&A do FIDA até 06/07/2016;
- b. POA 2016 atualizado até 15 de agosto de 2016, com inclusão de indicadores e atividades codificadas por indicador;
- c. Entrada dos dados da linha de base no sistema até 30/07/2016;
- d. Relatório Técnico de Progresso a ser elaborado até 15 de agosto de 2016, com inclusão de indicadores e atividades codificadas por indicador.

## **E.2. Gênero e Focalização**

21. Sobre as estratégias de gênero, juventude e etnia, a missão teve a oportunidade de visitar duas comunidades em que a gestão da associação estava sob o comando de mulheres, ainda assim, não foi possível visibilizar ações voltadas prioritariamente a esse público. Embora as mulheres sejam público prioritário do projeto juntamente com jovens e populações tradicionais, as estratégias e ações de equidade de gênero, juventude e etnia têm recebido atenção insuficiente por parte do projeto. Dentre os 23 Planos de Negócio em análise ou aprovados pela UGP, a participação das mulheres é inferior a 25% e a dos jovens abaixo de 20%. Vale assinalar que das 222 Cartas Consulta recebidas, 22 foram de comunidades quilombola, 2 de grupos de mulheres e 3 de grupos de jovens. Desse total, 11 receberam visita prévia e 5 estão com planos de negócio em elaboração, outros 14 grupos ainda aguardam a visita. A missão recomenda priorizar o atendimento a esse público que já manifestou interesse por meio do envio de Carta Consulta a fim de oportunizar o acesso a recursos para investimento produtivos e assistência técnica sistemática.

22. Mais do que transversais, as ações voltadas à equidade de gênero, juventude e etnia são estruturantes, e devem ser consideradas em todos os níveis de planejamento, atividades formativas e execução de ações produtivas do projeto, englobando atividades previstas em todos os componentes do projeto, inclusive de coexecutoras. Do ponto de vista da gestão do projeto, a missão identificou que não há um/a especialista ou entidade de referência em gênero, juventude e etnia para apoiar as estratégias e ações previstas no desenho do projeto. A UGP informa que existem órgãos estaduais para políticas de gênero, etnia e juventude com as quais se podem constituir parcerias nas ações do projeto nos respectivos focos.

23. Nesse sentido, a missão recomenda fortemente a contratação de entidade de referência e/ou assessoria técnica (AT) especializada com as seguintes atribuições: a) orientar o planejamento para inclusão e execução das atividades de gênero, etnia e juventude nos diversos componentes; b) elaborar portfólio e material didático para capacitações; c) oferecer capacitações à equipe de assistência técnica; d) orientar metodologicamente a implementação das ações do componente produtivo junto às comunidades e grupos de jovens, mulheres e populações tradicionais; e) apoiar as URGPs na operacionalização das estratégias para esse público.

24. A missão sugere ainda analisar a pertinência de realizar “Planos de Negócio Viabilizadores” focados no desenvolvimento do trabalho e investimento com esses grupos.

## **E.4. Aspectos institucionais**

25. Inserção institucional da UGP e definição de tarefas do pessoal da UGP. A UGP se encontra inserida na Diretoria de Combate à Pobreza Rural (DCPR) da Secretaria de Desenvolvimento Rural, que é o órgão executor do projeto. No momento atual, o PVSA representa o instrumento mais importante da DCPR, pelo que concentra a atenção de autoridades e técnicos. Porém, no futuro próximo é previsto o início de um novo projeto cofinanciado pelo Banco Mundial, que representa uma nova fase do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGERE), que será também executado pela SDR e prioritariamente não irá trabalhar em territórios de atuação do PVSA. Embora a missão considere muito importante a coordenação de ações e a troca de experiências com outros programas, ela mostrou a preocupação de que os responsáveis da gestão e de atividades específicas do PVSA (a grande maioria dos quais atualmente aparecem com dedicação exclusiva para o PVSA) compartilhem atividades com esse e outros programas, afetando negativamente projeto. Por isso, se acorda que serão elaborados e enviados ao FIDA um funcionograma da equipe que forma parte da UGP e URGPs, incluindo co-executores, assim como dos produtos esperados trimestral, semestral e anualmente. No caso de compartilhar responsabilidades com outros projetos, isso será claramente estabelecido.

26. O projeto e as instituições coexecutoras. Para assumir seu papel no PVSA, cada uma das três coexecutoras (EMATER, SEDUC e SETRE) conformou nas suas sedes em Teresina uma equipe de técnicos responsável pela execução das ações da coexecutora respectiva. Além disso, foi estabelecido um grupo de trabalho interinstitucional entre a UGP e as coexecutoras responsável de planejar e coordenar ações, que funciona por meio de reuniões frequentes. Também foram assinados Termos de Cooperação Técnica e Financeira entre a SDR, através da UGP do PVSA, e cada uma das três coexecutoras, para a execução de ações do projeto. Além disso, o Comitê Gestor do Projeto (CONGEP) deve servir como espaço para avaliar o progresso do Projeto e corrigir problemas que sejam identificados. Os instrumentos existentes (Termos de Cooperação, Grupo de Trabalho interinstitucional, e CONGEP) não foram efetivos para identificar e resolver problemas na execução de ações das diferentes coexecutoras, nem para coordenar ações específicas de acordo com as expectativas. Ao nível dos territórios, se observaram esforços e boa vontade das equipes técnicas, especialmente para visitar comunidades. Porém, é necessário um trabalho mais aprofundado para



vincular as ações em matéria produtiva (Planos de Negócios) com as ações de formação profissional e de educação contextualizada.

27. Conselho Gestor do Projeto (CONGEP). O CONGEP está conformado pelo Secretário da SDR (que o preside), o Diretor Geral do EMATER (vice-presidente), os Secretários da SEPLAN, SEDUC, SETRE e SEFAZ, e o Coordenador da UGP. Durante 2015, o CONGEP manteve duas reuniões, nos meses de março de dezembro, e em 2016 manteve duas reuniões extraordinárias, nos meses de março e maio. De acordo com as atas revisadas, a maior atenção nas reuniões do CONGEP esteve na apreciação e homologação dos PNs apresentados, depois de serem avaliados pela UGP. No CONGEP também foram discutidas algumas questões pontuais sobre o progresso do Projeto, tais como a proposta de compensação salarial ou os avanços em processos de seleção de técnicos e entidades de assistência técnica, e foi aprovado formalmente o POA. Porém, não foi observado, a partir da leitura das atas, o tratamento e discussão de questões estratégicas relevantes que seria importante tratar no CONGEP, tais como as características e possibilidades de melhorar o modelo de assistência técnica do Projeto, a qualidade do trabalho de formulação de PNs e as possíveis ações para melhorá-lo, as estratégias dos componentes e subcomponentes, a coordenação de ações entre as coexecutoras, atrasos na execução de ações previstas em alguns subcomponentes, discussão de relatório anual progresso. No futuro, será fundamental melhorar o sistema de M&A do PVSA, e que o mesmo elabore insumos para a análise do progresso do Projeto e dos entraves a serem resolvidos, contribuindo assim à definição da agenda das reuniões do CONGEP..

28. Articulação territorial. Ao nível local e territorial, o Projeto se tem vinculado principalmente com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, para promover e divulgar o projeto e priorizar as comunidades a serem trabalhadas. Existe uma previsão de fortalecimento da vinculação do Projeto aos Conselhos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável nos Territórios de Desenvolvimento do estado, que foram criados em 2007. Esses Territórios de Desenvolvimento constituem as unidades de planejamento da ação governamental no Estado, visando a promoção do desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população, através da democratização dos programas, das ações e da regionalização do orçamento. A ação do estado é efetivada através do Plano Plurianual de Governo, das Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Anual, dos Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios e do Plano de Desenvolvimento do Estado do Piauí. A SEPLAN, órgão líder do PVSA, se encontra fortemente envolvida no funcionamento dos Conselhos Territoriais. Atualmente, a SEPLAN se encontra trabalhando com a SDR em uma proposta para estabelecer prioridades visando o desenvolvimento de cadeias produtivas específicas, e promover através do Conselho a coordenação de ações entre diversas instituições. A missão observa em forma positiva a inserção efetiva do PVSA nos espaços de articulação territorial.

#### **E.5. Estabelecimento da UGP e dos URGP**

29. Equipe. No momento o Projeto na unidade central (UGP) e territorial (URGP) conta com um total de 68 pessoas incluindo pessoal designado pelas co-executoras EMATER, SEDUC, SETRE e profissionais contratados via PCT com o IICA, devendo considerar a diversidade de níveis e funções. Ao nível dos territórios de atuação do Projeto, as URGP funcionam no espaço físico das EMATER, e são conformadas cada uma delas por um Coordenador contratado diretamente pela SDR, e técnicos pertencentes ao EMATER (dois), SEDUC (um) e SETRE (um). Do total de profissionais do Projeto, apenas 27 estão nos territórios nas URGP. Praticamente 60% do pessoal do PVSA está lotado em Teresina. Isso demonstra um desequilíbrio muito grande levando em conta que o Projeto vem acelerando suas ações no campo e isso merece de uma atenção especial. A missão recomenda que sejam feitos esforços de modo a fortalecer as URGP com pessoal para acompanhar tanto a elaboração dos PNs como sua execução.

30. Em termos dos processos seletivos efetuados pelo PCT com o IICA, houve um processo para seleção de Coordenador de URG que foi cancelado e, subsequentemente, houve decisão de efetuar a nomeação como cargo comissionado com recursos de contrapartida. Houve outro processo via PCT com o IICA para selecionar especialistas em PN e cadeias produtivas. O processo foi concluído e apenas 5 das 12 vagas abertas foram preenchidas. O FIDA solicitou a revisão dos TdR para que sejam mais focados em produtos relacionados a revisão e supervisão de PNs e que especialistas de áreas como comercialização, gênero, juventude, etnia, meio ambiente ou engenharia sejam contratados para fortalecer o processo de revisão de PN de modo a manter a qualidade das propostas. A UGP irá revisar os TdR das 7 vagas não preenchidas e enviar para revisão do FIDA antes de lançar novamente o processo. Além disso, estão em processo de seleção outras 7 especialistas para educação no campo e educação contextualizada.

**Tabela 1. Distribuição da Equipe do Projeto**

TIPO	UGP Teresina	URGP S.Raimundo Nonato	URGP Oeiras	URGP Valença	URGP Picos	URGP Paulistana	TOTAL
Nomeados SDR	21	2	1	1	1	1	27
EMATER	8	2	2	2	2	2	18
SEDUC	6	1	1		1	1	10
SETRE	3	1		1	1	1	7
PCT IICA	2		1	1	1	1	6
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>68</b>

31. A missão foi informada que está em curso a nomeação do novo Coordenador, Francisco das Chagas Ribeiro Filho, com quem a missão teve a oportunidade de interagir, e cuja nomeação será informada oficialmente. Também está em trâmite final a nomeação de uma nova Coordenadora de M&A. A missão também foi informada que o cargo de Diretor Financeiro que estava acumulado com o posto de Diretor Financeiro da SDR, será de dedicação exclusiva ao Projeto.

32. Em maio de 2016 o FIDA enviou não objeção ao PVSA para que seja possível efetuar o pagamento de gratificações por desempenho ao pessoal com dedicação exclusiva ao PVSA desde que algumas condições fossem cumpridas e restringindo a gratificação ao percentual de execução do POA. Diante disso, e devido ao significativo número de profissionais com dedicação exclusiva ao Projeto, a missão solicita que o funcionograma da equipe seja preparado.

33. Infraestrutura. O espaço físico da UGP e URGP é um fator limitante na execução das ações do Projeto. As URGP's estão localizadas em espaço cedido e compartilhado com o EMATER e foi acordado com a SDR e EMATER que as URGP's terão seu espaço ampliado e remodelado. Pelo menos mais uma sala será agregada ao espaço atual das URGP's. Sobre a UGP, o espaço físico será ampliado ocupando o atual espaço da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí (ADAPI), que mudará para outro local. Um problema chave permanece a questão da aquisição de veículos. Atualmente há somente 7 veículos sedã à disposição para a equipe, sendo 5 nas URGP's e 2 na UGP. Há um processo em curso para compra de 7 caminhonetes e o FIDA reiterou a importância de finalizar o processo de compra das caminhonetes o quanto antes de modo que o PVSA possa acompanhar o trabalho no campo. Além disso, o serviço de internet e telefone, categoria de automóveis também necessita ser solucionado.

#### **E.6. Componente 1 - Desenvolvimento produtivo: assessoria técnica**

34. Na missão de supervisão de março de 2015 foi acordado o detalhamento da estratégia de intervenção do Componente 1. Definiu-se que o seu funcionamento requeria a realização de três tarefas sequenciais e interligadas: i) seleção das comunidades com os quais irá trabalhar o Projeto; ii) elaboração dos Planos de Negócios (PN); iii) implementação dos PN. Também foram acordados diversos elementos metodológicos referidos a estas etapas. Um destes acordos indicava que os itens ii) da elaboração e iii) implementação dos PN constituíam o próprio conteúdo do serviço de Assessoria Técnica que seria provido pelo PVSA às famílias beneficiárias.

35. As visitas a campo e as informações colhidas junto à equipe do PVSA permitiram observar que houve avanços na implementação do trabalho deste Componente, quando comparado o momento atual com a situação encontrada na missão de supervisão anterior, a começar pelos resultados obtidos na identificação de comunidades e organizações econômicas. Assim, o PVSA identificou quatro organizações econômicas e 222 comunidades (com suas respectivas associações) com as quais poderia trabalhar.

36. Assessoria Técnica. Uma vez identificadas e selecionadas as comunidades, o passo seguinte é o trabalho da ATS que, conforme foi dito, deveria englobar a elaboração e a implementação integral dos PNs. Três organizações econômicas (ASCOBETÂNIA, COCAJUPI e COMAPI) saíram na frente e prepararam suas próprias propostas de PN, tendo sido estes os primeiros três convênios assinados. No caso das comunidades identificadas, o PVSA decidiu trabalhar, em conformidade com aquilo que foi acordado em missões anteriores, com dois tipos de provedores de ATS: uma parte deste trabalho (aproximadamente 1/3 das comunidades) seria realizada pelo Emater, enquanto que a outra parte caberia a entidades de AT de direito privado (ONGs, empresas, instituições diversas, cooperativas de técnicos).

37. O Emater foi a primeira entidade a iniciar o trabalho em campo para realizar esta tarefa. Para tal, foi organizado no âmbito do PCT/IICA, um evento de capacitação para seus técnicos de campo e, ato seguido, iniciou este trabalho de elaboração de PNs na jurisdição das cinco URGP's do Projeto.

38. Para poder trabalhar com as outras entidades, o PVSA precisou lançar um edital de chamada pública visando o credenciamento das entidades, para possibilitar a celebração de contratos com elas. Embora o credenciamento tenha sido realizado a contento – foram credenciadas sete entidades privadas (das nove que se apresentaram) –, o formato deste instrumento não permitiu a contratação imediata destas. Por isso, foram utilizados outros meios para mobilizar estas entidades e convencê-las a iniciarem o trabalho. O primeiro foi a realização três eventos de capacitação sobre o processo de elaboração de PNs ('eventos de imersão'), que reuniram técnicos/as das entidades privadas, do Emater e também indivíduos interessados na temática. Após a capacitação os/as participantes comprometeram-se a terminar de elaborar os PNs iniciados durante a capacitação. Também foram realizadas negociações bilaterais com várias destas entidades, o que permitiu que elas iniciassem, sem ter vínculo formal firmado, o trabalho em algumas comunidades para além daquelas que foram trabalhadas durante as três 'imersões'. Na data da realização da presente missão de supervisão, existem, ao todo, 70 PNs 'em elaboração ou análise', além de 11 PNs já aprovados.

**Tabela 2. Elaboração de PNs**

Status	Tipo	No.	Elaboração
Aprovados	PN de Cooperativas	3	Pelo quadro técnica de cada cooperativa
Aprovados	PN de comunidades	8	Emater
	<i>Total</i>	<i>11</i>	
Em elaboração / análise	PN de comunidades	34	Emater
Em elaboração / análise	PN de comunidades	25	7 entidades privadas credenciadas/outros
Em elaboração	PN de comunidades	11	Técnicos (consultores) e entidades não credenciadas
	<i>Total</i>	<i>70</i>	

39. Após a aprovação de PNs, vem a assinatura do convênio, que possibilita o repasse de recursos. A partir desse momento inicia-se a fase da implementação. Isto já está acontecendo para os primeiros três PNs aprovados. As organizações econômicas iniciaram o processo de aquisição de alguns dos investimentos previstos nos seus PNs. Nestes casos a execução do convênio está sendo encaminhada pelo corpo técnico e administrativo já existente na entidade. Naquilo que se refere à AT para acompanhar as atividades de campo, neste caso, considerou-se que estas entidades teriam, em princípio, plenas condições de organizar o serviço de AT necessário para implementar o PN a partir de uma dotação de recursos (10% do total) destinada para tal no próprio PN. Esta questão ainda está pendente, conforme veremos a seguir.

40. O Emater trabalhará nas comunidades por ela atendidas, amparado por um contrato assinado com cada associação. Vai indicar um extensionista que terá a responsabilidade de conduzir o trabalho em cada comunidade. Ao mesmo tempo, já está planejando a realização de cursos técnicos destinados a agricultores/as e os técnicos que vão acompanhar a implementação dos PN. No momento da realização da missão esta fase do trabalho está prestes a começar nas primeiras comunidades. Nas discussões mantidas com a equipe do Emater a missão levantou a sua preocupação com o tema da gestão para as organizações comunitárias (a começar pela administração dos recursos do PN). Registramos que esta preocupação é compartilhada pela equipe Emater. Mas sendo esta uma questão premente, a missão recomenda que seja definido, no menor prazo possível, o conteúdo e os instrumentos a serem utilizados para este tipo de assessoria às comunidades.

41. Análise geral da situação da ATS. Conforme foi dito antes, de alguma maneira existe um trabalho de assessoria em curso que, até agora, trabalhou principalmente o primeiro momento do roteiro da ATS no PVSA – a elaboração de PNs. No entanto, uma análise mais cuidadosa mostra que existem problemas importantes que devem ser enfrentados. Por exemplo, a elaboração dos PNs, embora tenha sido definido como o primeiro passo do processo da ATS, está acontecendo sem um vínculo formal (e, portanto, o compromisso correspondente) entre os 'elaboradores' e o PVSA. Isto é um problema mais sério no caso dos 'outros' elaboradores da tabela acima (técnicos/as consultores/as e outras entidades), e no caso das entidades credenciadas. No primeiro, dos 'outros', está claro que eles não poderão assumir o acompanhamento dos PNs por eles elaborados, quebrando-se o 'princípio' desejável de ser o mesmo fornecedor de ATS que elabore e acompanhe a implantação do PN. Sabemos que este arranjo com os 'outros' elaboradores foi uma iniciativa circunstancial e pontual, para acelerar a elaboração de PNs e não uma opção de estratégia do PVSA. Mas os 18 PNs que poderão ser elaborados desta forma, e que deverão ser atendidos por prestadoras de ATS para que façam o trabalho faltante, não deixam de ser um exemplo daquilo que não deve acontecer em termos da operacionalização da ATS.

42. O caso das entidades privadas credenciadas também é problemático. O primeiro ponto de preocupação é que, no momento atual, nenhuma delas foi contratada. E preocupa ainda que nenhuma parece esta na iminência de ser contratada. Isto explica o motivo pelo qual foi necessário encontrar outras formas de convencer estas entidades a iniciar o trabalho de elaboração de PNs (mencionados anteriormente). Esta situação tem criado um desconforto evidente para as possíveis parceiras de ATS. Na avaliação da Missão, o formato do edital de credenciamento e dos respectivos TdR (lançado para atender 178 PN / comunidades, distribuídos em 9 lotes, atingindo 46 municípios) dificulta significativamente a operacionalização do serviço de ATS desejado. Por exemplo, é este instrumento que determina que o contrato de ATS com a(s) entidade(s) só deve ser assinado após a aprovação do(s) PN(s), sendo a remuneração da elaboração do PN retroativa, em caso de aprovação do PN. Outro ponto no qual existem dúvidas se refere à forma de atribuição dos contratos nos lotes nos quais existe

mais de uma entidade credenciada (em 6 dos 9 lotes) , motivo pelo qual fica praticamente impossível para estas entidades fazer qualquer planejamento em torno do trabalho a ser realizado com o PVSA. Finalmente, as entidades credenciadas têm questionado o valor a ser pago (definido num total de 10% do PN) , afirmando que este valor não cobre o custo de uma assessoria feita nos moldes desejados pelo PVSA.

43. Assim, naquilo que se refere à ATS a ser provida pelas entidades de direito privado, a situação pode ser resumida da maneira que segue. Dada a existência e validade jurídica do instrumento acima mencionado e do grau de desgaste que implicaria o seu cancelamento, cabe ao PVSA tomar todas as iniciativas necessárias para clarificar as dúvidas e corrigir as imperfeições que possam ser corrigidas, para fornecer ATS ao maior número possível dos 178 PNs (e comunidades) mencionados no edital. Nas discussões mantidas com a coordenação do PVSA foi acordado que seria buscada uma forma de distribuir todas as 178 comunidades / cartas consulta (que deverão se tornar PNs) do edital entre as entidades credenciadas (seguindo a lógica da distribuição nos lotes), permitindo pensar na elaboração imediata de instrumentos jurídico 'guarda-chuva', que seriam efetivados em contratos na medida em que os PNs forem sendo elaborados e aprovados. Um arranjo deste tipo não resolveria o problema do investimento prévio necessário para receber o pagamento dos serviços, mas teria a vantagem de fornecer elementos para que as entidades possam se planejar. Espera-se que este mecanismo seja o suficiente para conseguir a adesão das entidades e, com isso, acelerar a realização dos trabalhos.

44. Próximo edital de ATS. Mas o trabalho do PVSA não se reduz aos 178 PNs citados nos parágrafos anteriores. É necessário pensar desde já na forma em que será encaminhado o trabalho da elaboração e acompanhamento dos PNs (o conteúdo da ATS) no futuro para o próximo edital. Para tal, e considerando as lições até agora acumuladas, foi acordado que a proposta a ser implementada neste âmbito partiria do pressuposto de que as entidades de ATS devem ser contratadas para realizar o conjunto do trabalho, iniciando com o diagnóstico e a elaboração do PN e incluindo o acompanhamento da execução deste e o acompanhamento inicial do funcionamento. Para tal, seria importante desvincular a contratação da entidade de ATS da aprovação previa do(s) PN(s). O serviço a ser contratado seria o atendimento, pela entidade a ser contratada, a um número "X" de comunidades, incluindo como um dos produtos a serem entregues um PN de boa qualidade. Para ter o tempo suficiente de realizar o conjunto do trabalho mencionado, é necessário que o instrumento permita a contratação por período de dois ou até três anos. Outro ponto extremamente importante é aquele da desvinculação do valor contrato ao valor dos PNs elaborados. Por isso, o valor do serviço a ser contratado deverá ser revisto.

45. Caberia mencionar também que as organizações econômicas, que seriam, em tese, o caso mais simples, também estão assinalando dificuldades de realizar o que elas consideram necessário no âmbito da AT. O primeiro item que foi questionado foi o valor incluso no PN para esta finalidade, que elas afirmam ser insuficiente. Também surgiram outras dúvidas no âmbito administrativo que precisam ser sanadas.

#### **E.7. Componente 1 - Desenvolvimento produtivo: planos de negócios**

46. Planos de Negócios. De modo geral, a missão constatou avanços significativos em relação à última missão de supervisão. Os primeiros três PN foram assinados, os recursos repassados para as organizações de beneficiários. A missão procedeu a análise de alguns dos PN aprovados e de outros recentemente apresentados ao CONGEP. Essa revisão traz diversas lições, das quais apresentamos as principais:

- a. As atividades produtivas apoiadas apresentam um bom potencial para melhorar as condições de vida dos beneficiários;
- b. O perfil das famílias beneficiárias, principalmente com os PN elaborados com associações comunitárias está bem alinhado com os critérios do PVSA. Em alguns casos, o PVSA será o primeiro projeto de desenvolvimento rural a atuar nessas comunidades;
- c. Em alguns casos, nota-se que o conteúdo (quantitativo, roteiro técnico, resultados) é idêntico entre uma proposta e outra. Não levam em consideração o contexto e a realidade de cada proposta poderá ser um elemento que prejudica a viabilidade das atividades apoiadas pelo PN;
- d. A questão da segurança hídrica não foi sistematicamente contemplada, podendo assim comprometer a resiliência das produções e criações de animais apoiadas. A missão reafirma a necessidade de inserir nos PN, os investimentos coletivos necessários para a captação e armazenamento de águas (poços tubulares e amazonas, barragens subterrâneas, cisternas, barreiros, etc.). Na área de intervenção do Projeto, o fortalecimento da produção agrícola e a perenidade dos investimentos produtivos não pode se projetar sem acesso a água garantido;
- e. No caso de produções como a piscicultura ou a criação de aves, cujos custos de produção estão constituídos em grande parte por insumos comerciais, a análise da viabilidade econômica e da capacidade de gestão dos beneficiários deverá ser feita com muito cuidado e critérios adaptados à complexidade e riscos de tais PN;
- f. Nos PN que abrangem mais de uma atividade produtiva, a atual apresentação das informações não permite visualizar os dados e informações específicos a cada produção, o que dificulta uma análise aprofundada da pertinência e viabilidade;

- g. A questão da comercialização dos produtos oriundos dos PN foi em geral abordada de forma superficial, impossibilitando assim ter as informações necessárias sobre o dimensionamento, organização e condução de modo geral das produções apoiadas. Sendo que os investimentos são realizados numa perspectiva dupla, de melhorar a segurança alimentar e a renda das famílias, é necessário aprofundar esses aspectos durante a elaboração dos próximos PN;

47. Durante o processo de elaboração, o Emater realçou as dificuldades enfrentadas quando o PN está orientado para a construção de infraestruturas de beneficiamento de alimentos. A falta de engenheiros civis para elaborar plantas e descritivos dentro dos padrões sanitários e ambientais é um fator de atraso. A missão recomenda que sejam contratados os serviços necessários para superar essa dificuldade, no intuito de: i) diminuir os prazos de elaboração desses PN e ii) garantir que os engenheiros contratados estejam perfeitamente alinhados com as exigências legais deste tipo de investimentos, que deverão ser construídos para obter os selos e certificados necessários para acessar os mercados e não prejudicar o meio ambiente. A UGP deverá avaliar se existe a necessidade de contratar também serviços especializados para as questões ambientais e de acesso a água subterrânea (licenciamento, outorgas, etc.).

48. A missão avalia que, daqui em diante, todas as condições estão reunidas (equipe mais experimentada e com todos os integrantes previstos, condições de trabalho mais adequadas e favoráveis) para dedicar maior atenção sobre às fragilidades acima mencionadas. Esses cuidados deverão ser aplicados a cada passo do processo, desde as URGP, durante a identificação, a elaboração e a revisão dos PN na UGP. O FIDA está trabalhando na revisão do roteiro de elaboração do diagnóstico rápido participativo e do PN. A difusão de uma nova proposta está prevista para agosto 2016 e será uma contribuição no aprimoramento da metodologia e das ferramentas ao serviço do Projeto e dos beneficiários.

49. Foram visitadas as três organizações que assinaram **PN estratégicos** (COMAPI, COCAJUPI E ASCOBETÂNIA). De forma geral, a missão avaliou os PN como relevantes e referenciais. No entanto alguns pontos foram questionados, como por exemplo, o baixo número de novos sócios considerando os investimentos apoiados, ou a escolha de alguns investimentos e itinerários técnicos. Em ambos os casos, a assessoria técnica ainda não foi definida, sendo que o formato previsto para tal é que cada entidade seja responsável da contratação desses serviços, valorizando inclusive, quando possível, técnicos do próprio quadro de sócios. Essas entidades já tiveram experiências semelhantes com a contratação de agentes de desenvolvimento rural sustentável e o objetivo dos PN atuais é de fortalecer as capacidades dessas entidades para assumir a ATS. Um quarto PN, com a Casa Apis está em vias de finalização, tendo como base várias recomendações formuladas pela equipe do FIDA. A missão recomenda que por enquanto, não seja iniciado novo PN estratégico, para que a equipe do Projeto possa dedicar o tempo necessário ao acompanhamento da implantação desses 4 PN, de grande porte.

50. Como parte da estratégia de intervenção do Projeto, foi discutida a possibilidade de trabalhar com uma outra modalidade, os **PN 'viabilizadores'**, identificada durante a missão de março 2016. O propósito destes seria o de apoiar entidades, tais como a Cáritas e a FUNDED, que já elaboraram propostas, para que elas assessorarem de forma articulada, associações de beneficiárias na elaboração e implementação de seus próprios PNs. A missão avaliou essa possibilidade como sendo relevante e recomenda que seja definido um modo operacional eficiente, que poderia ter o formato de 'experiência piloto'. Uma primeira versão dessa proposta poderia ser enviada ao FIDA para análise até o 01/08/2016.

51. Foi realizada uma revisão dos **critérios de elaboração dos PN** e detectou-se a necessidade de realizar alguns ajustes, pensando principalmente no aprimoramento da implementação. A missão recomenda que o MOP seja atualizado até o 15/07/2016, com as seguintes informações:

- O único valor teto com o qual se deve trabalhar é o teto de 2.500 USD/ família, sendo este valor aplicável somente à parte do recurso repassado para os beneficiários e não abrangendo a contrapartida (não existe, portanto, teto de valor por PN);
- Os PN com valor de repasse acima de 150.000 USD devem ser enviados ao FIDA para análise e não objeção;
- Um mesmo PN pode conter investimentos para fortalecer mais de uma atividade produtiva e priorizando investimento em acesso à água (para produção);
- Para apoiar uma atividade produtiva no PN, os beneficiários devem ser organizados em grupos de 5 famílias no mínimo,

52. O orçamento do PVSA foi elaborado considerando o **crédito acessado pelos beneficiários**. Nessa perspectiva, foi repassada para a equipe da UGP, uma planilha que poderia ser utilizada para levantar as informações necessárias juntos aos beneficiários dos PN, tanto das comunidades como das cooperativas.

## **E.8. Educação contextualizada**

53. O Subcomponente de Educação Contextualizada está sob responsabilidade da Coordenação de Educação do Campo, Gerência de Inclusão e Diversidade – GID, Unidade de Ensino e Aprendizagem – UNEA, Superintendência de Ensino – SUPEN, da SEDUC. Os principais objetivos são: i) ampliar e consolidar o processo de formação e educação do campo e em educação contextualizada para a convivência com o

semiárido de professores, gestores e alunos das redes municipal e estadual de educação e, ii) introduzir práticas educativas e tecnologias apropriadas à região semiárida do Piauí.

54. O subcomponente reformulou sua estratégia de atuação de forma consistente com os objetivos do PVSA, inclusive com a elaboração de Manual Metodológico e Operacional de forma bem estruturada. O cronograma de execução previsto no POA 2016 apresenta, no entanto, aproximadamente 6 meses de atraso.

55. A equipe diretamente envolvida no projeto em Teresina conta com 6 colaboradores, conforme tabela 1. Encontra-se aberto Edital para a seleção de 1 consultor especialista em educação no campo e contextualizada para coordenar o processo de formação de professores e gestores e 6 formadores que irão promover as capacitações de aproximadamente 1.500 professores e gestores da rede de ensino municipal e estadual em 50 municípios. Os contratos por produto terão duração de 18 meses. A contratação dos consultores está prevista para até dia 30/07/2016 e o nivelamento metodológico da equipe de consultores até 30/08/2016. A primeira formação, com duração de 40 horas versará sobre educação contextualizada para convivência com o semiárido, educação no campo, pedagogia da alternância e tempos alternados, e gestão democrática e gestão de projetos.

56. Foram selecionadas 100 escolas - 90 de educação básica e 10 de educação profissional, sendo 2 estaduais e 8 escolas família agrícola – EFAs - de 50 municípios que receberão acompanhamento pelo projeto e assinados os respectivos Termos de Colaboração com os prefeitos municipais.

57. A próxima ação em campo será o diagnóstico das escolas que será realizado por meio de questionário eletrônico aplicados pela equipe nas URGP's com foco nas escolas e professores. A aplicação dos respectivos questionários que deverão compor a linha de base do subcomponente será realizada até 15/07/2016. Será utilizada metodologia como a de *Estudo de Caso* que servirá como base para conhecimento das práticas e ações de educação do campo e educação contextualizada para convivência com o semiárido desenvolvidas no Estado do Piauí ao longo de um período de tempo a ser definido.

58. Como estratégia de gestão de conhecimento, toda a estratégia e processo de implementação do subcomponente será sistematizado e deverá contribuir para o registro e disseminação dos aprendizados. Como estratégia de comunicação para gestão do conhecimento, sugere-se ainda a publicação de informações sobre o PVSA na homepage da SEDUC e em outras plataformas na rede Web, inclusive em redes sociais, para garantir mais transparência e visibilidade ao processo de formação de professores e gestores e, em futuro próximo, à realização de Oficinas e Editais para apoiar sistemas de produção agroecológica em escolas de educação básica e de educação profissional. Tais ferramentas permitirão também troca de experiências e maior interação com o público envolvido diretamente com as ações do subcomponente de ECSA.

59. Como desafio adicional a missão recomenda agregar estratégias para dialogar com as comunidades atendidas pelo componente de investimento produtivo do PVSA na construção das propostas e na execução dos Sistemas de Produção Agroecológicas com novo cronograma previsto para início em abril de 2017.

#### **E.9. Educação Técnica e Vocacional de Jovens Rurais**

60. O Subcomponente de Jovens Empreendedores está sob a responsabilidade da Diretoria de Qualificação Profissional e Social, da SETRE, com os seguintes objetivos: i) promover a qualificação profissional dos jovens, homens e mulheres do meio rural em atividades agrícolas e não-agrícolas, prioritariamente; e ii) ampliar a empregabilidade e geração de trabalho e renda dos jovens rurais.

61. A equipe conta com a assessoria de duas técnicas em Teresina e, recentemente, foram nomeados colaboradores para cada uma das URGP's. Dois deles, no entanto, ainda não haviam assumido suas funções. No POA 2016, o subcomponente se comprometeu a realizar um estudo sobre a realidade do mercado de trabalho e um diagnóstico para identificação de potencialidades de interesse dos grupos beneficiários. Em seguida está previsto a realização de 89 cursos de qualificação profissional em atividades agrícolas e não-agrícolas para jovens rurais, em especial mulheres e quilombolas.

62. É importante assinalar que a minuta do Termo de Referência (TdR) para a contratação de empresa ou entidade para executar os cursos de qualificação foi elaborada e a versão final deverá ser concluída até 30/06/2016. A publicação, seleção e contratação pelo PCT IICA/PVSA está prevista para 15/08/2016 de forma a permitir que pelos menos 1/3 dos cursos possam ocorrer ainda em 2016 nos 46 municípios priorizados pelo PVSA para desenvolvimento dos primeiros Planos de Negócio.

63. Para um melhor alcance de resultados e viabilização da contratação, a missão recomenda que a minuta do TdR seja amplamente revisada para incorporar o estudo do mercado de trabalho e o diagnóstico de potencialidades de interesse como atividades iniciais a serem desenvolvidas no âmbito do contrato. Os cursos propriamente ditos seriam as atividades subsequentes.

64. Vale ressaltar ainda que o papel a ser desenvolvido pela equipe da SETRE nas URGP's necessita ser melhor definido. A missão entende que a equipe nas regionais deve atuar de maneira pró ativa exercendo papel importante no mapeamento de demandas e na disponibilização de informações sobre as atividades desenvolvidas pelos demais componentes do PVSA nos municípios selecionados. Também possui destaque no apoio e supervisão das ações de capacitação a serem executadas nos diferentes territórios e municípios.

## **F. Aspectos financeiros**

### **F.1. Gestão financeira.**

65. O Projeto vem avançando lentamente na execução, porém apresenta uma estrutura de gestão financeira satisfatória com uma equipe financeira com capacidades, com os arranjos e procedimentos definidos que permitem a sua boa execução, mas sem a disponibilidade do Sistema Contábil o que é muito preocupante. Para contribuir com os controles internos o sistema financeiro estadual garante mecanismos eficientes em nível de segurança no fluxo de recursos. A missão do FIDA efetuou a avaliação da gestão financeira do Projeto e entende ser necessário uma especial atenção em alguns aspectos da gestão financeira especialmente nos procedimentos na disponibilidade do Sistema Financeiro Contábil do Projeto e gestão do contrato IICA. Quanto ao aspecto fiduciário o tema de aquisições necessita de especial atenção, para que este seja satisfatório.

66. Equipe Financeira: A equipe financeira da UGP está composta por três profissionais com dedicação exclusiva e um Diretor Financeiro com dedicação parcial ao projeto que cumprem as responsabilidades de orçamento, contabilidade, desembolsos, tesouraria. A SDR informou que o Diretor Financeiro atuará com dedicação exclusiva, o que atende ao arranjo de gestão do projeto e a avaliação do FIDA. A missão reitera que a contabilização do aporte da contrapartida de pessoal ao projeto também seja proporcional. Para a realização da prestação de contas dos PNs será necessário reforçar, à medida em que forem sendo estas realizadas, com pelo menos um profissional do setor de controle interno da SDR, responsável por esta análise.

67. Sistema Contábil Financeiro, Contabilidade e Relatórios Financeiros: O sistema acordado com o FIDA que está em fase final de implementação ainda não está disponível neste terceiro ano de Projeto, o que muito preocupa a missão do FIDA e afeta diretamente a avaliação da gestão financeira do projeto. A contabilidade do Projeto vem sendo realizada em planilhas Excel gerando documentos e relatórios razoavelmente satisfatórios devido aos poucos fatos contábeis a registrar. O FIDA reitera a necessidade de disponibilizar este sistema, cujo o tema é recorrente desde a primeira missão ao Projeto em 2013. O FIDA informa que a partir de junho de 2016 somente receberá Pedidos de Desembolso cujos relatórios de prestação de contas (SOE, SS e outros) sejam extraídos do novo sistema.

68. Planejamento e Orçamento: O POA 2015, da ordem de R\$ 27 milhões ou aproximadamente USD 9 milhões, sendo R\$ 21 milhões (52%) FIDA e R\$ 6 milhões (22%) do Governo do Piauí, teve uma execução de apenas R\$ 3,5 milhões, representando apenas 13% do POA 2015, chegando a execução total do projeto até 31/12/2015 de R\$ 6,5 milhões, representando aproximadamente apenas 5% do orçamento geral do Projeto. O orçamento de 2016 da lei estadual para o projeto da UGP é da ordem de R\$ 23 milhões, ou seja, abaixo do planejado no POA 2016 que é R\$ 47 milhões, excluindo aportes dos beneficiários e acesso ao PRONAF que completaria R\$ 55 milhões. A UGP informou que a medida que vem sendo necessário, o orçamento de contrapartida a SEPLAN tem sido disponibilizado de forma regular. Até o momento a execução do POA é de apenas 10%, considerando ainda que esta execução não reflete a implementação por parte dos PNs, apenas a transferência dos recursos.

69. Manual Financeiro: Até a missão a atualização do Manual solicitada na missão de supervisão de 2015 não foi apresentada. Este precisa ser complementado para fortalecer o controle interno e servir como ferramenta para execução das funções do pessoal administrativo e de conhecimento das co-executoras, integrando ao Manual seções detalhadas sobre as funções, responsabilidade e tarefas do pessoal administrativo na UGP e URGP e IICA.

70. Fluxo de Fundos: O fluxo de fundos do Projeto foi monitorado pela UGP quanto ao tempo de execução, e havia-se constatado excessivos passos. Durante a missão de apoio à implementação de março de 2016 a SEFAZ acordou com o FIDA e UGP um arranjo adequado para a melhoria da gestão do fluxo do projeto, que não afetou o desejável controle, revisando alguns passos de intervenção da SDR nas realização de despesas pelas co-executoras, considerando que o respectivo POA da co-executora está aprovado. Este novo fluxo vem atendendo de forma adequada e satisfatória a implementação do projeto.

71. Gratificações: A SDR por meio do ofício GS nº 060/2016 de 15 de abril de 2016, solicitou a não objeção para reconhecimento pelo FIDA de despesas com gratificação pecuniária aos integrantes da UGP e Agências coexecutoras, denominado “Adicional de Projeto”, como despesas admissíveis na Categoria V – Custos recorrentes e subcategoria (“V.a”). Esta gratificação é destinada somente aos integrantes que trabalham sob dedicação exclusiva ao Projeto de forma adicional aos seus salários, que são pagos integralmente pelo governo do Piauí, com as condicionantes relatadas abaixo.

72. Condicionantes das Gratificações: i) dedicação exclusiva; ii) na forma expressada no referido ofício até o limite de USD 1,7 milhões correspondendo a USD 370 mil anuais; iii) relacionadas ao desempenho do Projeto, condicionada ao marco referente a execução do Plano Anual Operativo (POA) de cada ano iniciando pelo POA 2016, a saber: a) até 50% de execução do POA: nenhuma gratificação; b) entre 50,1% e 70% de execução: 50% de gratificação; c) acima de 70,1% de execução do POA: 100% do valor da gratificação; iv) contratação do especialista em monitoramento e avaliação (M&A); v) disponibilizar o Diretor Financeiro em caráter exclusivo (dedicação integral) ao PVSA; vi) recompor a Comissão de Licitação do Projeto.

73. O valor do empréstimo correspondente atualmente a USD 17,6 milhões. Até a presente data o FIDA desembolsou por meio de 3(três) Pedidos de Saque, USD 4 milhões, o que representa 23% do valor do Projeto.

As principais despesas foram com 6 PNs e repasse ao IICA para atividades finalísticas. Durante a presente missão a UGP apresentou ao FIDA um cronograma de desembolso conforme a Tabela 3 abaixo:

74. Categoria de Gastos para Assistência Técnica: A missão esclareceu que originalmente toda a ATER teve o orçamento do Projeto realizado na Categoria V.(a). Com isso, nesta categoria deverão ser considerados todos os gastos realizados diretamente pela UGP na contratação de serviços de ATER

### F.3. Fundos de contrapartida.

75. Até o presente o projeto aportou cerca de USD 3 milhões (31%) no repasse a investimentos produtivos, divulgação, pessoal na gestão do projeto, auditorias, realização da linha de base e ao IICA para diversas atividades. A missão avalia que o valor gasto em contrapartida ainda não reflete no avanço nas ações do Projeto. Durante a execução de 2015 o Estado do Piauí teve dificuldade de contrapartida e solicitou ao FIDA a não aplicação temporária do pari-passu para transferência ao IICA, na condição de reequilibrar o fluxo de recursos de contrapartida até junho de 2016. A UGP informou que realizará o repasse no prazo acordado. Para o ano vigente, o Projeto não vem tendo dificuldades para aportes de contrapartida devido à priorização pelo Governador, relatado pelo Superintendente do/e Despesas da SEFAZ, Emílio de Oliveira Júnior.

76. Conversão dos valores das despesas realizadas 100% com recursos de contrapartida: A missão solicitou que a UGP retificasse os cálculos desta contrapartida referente aos anos de 2015 e 2016, de forma de /a contabilizar a conversão da despesa realizada em reais brasileiros para dólares americanos considerando a taxa PTAX800 do Banco Central do Brasil do último dia do mês da referida despesa a fim de permitir uma contabilização atualizada do valor a ser considerado. A UGP irá enviar ao FIDA os SOEs atualizados até o dia 01 de agosto de 2016.

**Tabela 3. Projeção de desembolsos**

Projeção de Desembolso	Em mil USD
<b>Desembolsado</b>	<b>4.085</b>
2016 – PN até julho	1.500
2016 – PN até dezembro	1.415
2016 - Demais atividades (AT, Consultorias e Capacitações)	500
	<b>5.000</b>
2017 – PNs	3.500
2017 – Demais atividades	500
	<b>4.000</b>
2018 – PNs	3.500
2018 – Demais atividades	500
	<b>4.000</b>
2019 – PNs	1.500
2019 – Demais atividades	500
	<b>2.000</b>
2020 – não haverá desembolso	
<b>Valor total do Projeto</b>	<b>17.600</b>

### F.4 Cumprimento das Cláusulas Contratuais.

77. As cláusulas contratuais foram em sua maioria cumpridas. Algumas encontram-se em processo de cumprimento e outras não foram cumpridas, tais como a disponibilidade sistema de informação gerencial contábil e o envio dos Demonstrativos Contábeis ao FIDA. A missão solicita a atenção para o atendimento aos pontos acima descritos dos dispositivos legais acordados.

### F.5. Aquisições e Contratações.

78. As licitações do Projeto são instruídas pela UGP e conduzidas pela Comissão de Licitação de atuação específica no PVSA, instituída pela Portaria SDR nº 049/2015 e alterada pela Portaria nº 15.101-045/2016, cujos membros detêm satisfatório conhecimento da norma brasileira, mas ainda necessitam de capacitações específicas quanto as normas do FIDA. A UGP conta também com um coordenador de enlace com o IICA, para



conduzir as contratações realizadas no âmbito do PCT/IICA. As normas de aquisições estão disponíveis no Manual Financeiro do Projeto e são de conhecimento dos agentes responsáveis.

- (a) Equipe: A equipe responsável pela área de aquisições da UGP é formada pelos membros da Comissão de Licitação instituída especificamente para atuar no âmbito do PVSA. Atualmente, a Comissão de Licitação é composta por cinco integrantes, sendo que o Presidente da comissão, por vezes, também exerce atividade de assessoramento jurídico junto à UGP e ao gabinete da SDR. A cumulação de funções por parte do Presidente da comissão, além de gerar eventuais acúmulos de trabalho e sobrecarga para os demais membros, vai de encontro à própria natureza da comissão que foi instituída para atuação específica no PVSA. A missão recomenda que os membros da comissão passem a conduzir suas atividades em regime de dedicação exclusiva e que seja considerada a possibilidade de agregar mais um profissional à equipe, com o perfil de assistente em aquisições, de forma a permitir que a equipe tenha condições de responder com qualidade e celeridade às demandas de formalização, acompanhamento e gestão das informações relativas aos processos de aquisição e contratação. Recentemente foi realizada substituição de um dos membros da equipe e aguarda-se a publicação de portaria com a nova composição até 30 de junho.
- (b) Processos de licitações: Foram realizadas algumas análises tanto em processos já concluídos quanto em processos cuja contratação ainda está em andamento. Entre os processos selecionados para acompanhamento preponderaram as aquisições pelo método Shopping, e as contratações por seleção de consultores. Foram proferidas algumas sugestões e recomendações para o aprimoramento dos processos de aquisição em geral, bem como oferecidos alguns esclarecimentos sobre pontos específicos levantados pela equipe da UGP. Quanto às rotinas e fluxos processuais, recomendamos a adoção de medidas para evitar que os processos sejam instruídos com documentos sem data e assinatura dos responsáveis. Quanto aos principais processos verificou-se a conclusão parcial do processo seletivo de especialistas em PN, Projetos e Cadeias Produtivas, conduzido pelo IICA, para o qual foram efetivamente contratados apenas 5 dos 12 profissionais previstos. Os TdRs relativos a contratação dos 7 postos não atendidos precisarão ter seus escopos ajustados e deverão ser submetidos a revisão prévia do FIDA.
- (c) Cancelamento de processos de aquisição/contratação: Foram lançados processos de contratação de consultores para exercer a função de coordenadores regionais nas URGPs que, posteriormente, foram cancelados por decisão superior da direção do PVSA que fundamentou o cancelamento, entre outras razões, na alteração das estratégias governamentais para a contratação de pessoal. É recomendável que a SDR elabore seu planejamento de aquisições em bases sólidas (necessidade real) e sistemáticas, levando em consideração todas as alternativas e estratégias adotadas no âmbito do governo do estado. Cancelamentos de processos de contratação devem ser evitados por implicarem em desperdício de tempo e recursos tanto para o contratante quanto para os licitantes. A missão solicita que a SDR e o IICA se abstenham de realizar cancelamentos de processos de aquisição já iniciados sem a não objeção do FIDA, em conformidade com o módulo L11 do Manual de Aquisições do FIDA."

79. Edital de credenciamento de provedores de ATS. Na missão de apoio a implementação de março de 2016, o mesmo foi apresentado àquela missão tendo sido já lançado e estando na fase pontuação para credenciamento. A fim de não atrasar este processo a missão considerou a iniciativa positiva, porém, alertou que todos os processos de seleção e contratação cujos valores estejam acima das alçadas estabelecidas na Carta ao Mutuário necessitam de revisão prévia do FIDA. Nesta missão o FIDA analisou e identificou que o Edital contém disposições que necessitam de ajuste a fim de atender a demanda do projeto, conforme já relatado acima, que especificamos a seguir:

- a. não limitar o valor dos PN em função de um teto por PN, mas considerar o limite do financiamento por família de USD 2.500,00, notificando as comunidades e credenciadas, atentando que a UGP deverá solicitar a NO do FIDA quando o valor total financiado seja maior a USD 150.000.
- b. ajustar em 25% o valor contratado destinado a ATS, ou seja, até 10% do valor previsto para o financiamento o PN (permanecendo o valor de preparação do PN em 2%), uma vez que a missão identificou que o valor destinado de 8% do PN para prover ATS é insuficiente para a realização de um trabalho de qualidade esperado para o Projeto financiado pelo FIDA, considerando ainda que esta categoria é custeada exclusivamente com recursos oriundos do financiamento FIDA;

- c. distribuir e definir, com o aval da respectiva comunidade, todas as cartas consultas entre as credenciadas;

80. Novo edital de credenciamento: será destinado às demais comunidades que serão atendidas por empresas de ATER, e deverá ser submetido à revisão prévia ao FIDA, contendo as seguintes disposições, a fim de atender a demanda do projeto: i) não limitar o valor dos PN em função de um teto por PN, mas considerar o limite do financiamento por família; ii) estabelecer a estimativa de valor a contratar para a AT em função de uma memória de cálculo; iii) estabelecer de forma clara a distribuição credenciadas-comunidades; iv) dispor sobre: a) a metodologia de seleção das credenciadas pelas comunidades; b) a nota de corte das credenciadas; c) informações se as proponentes podem aplicar para um ou mais lotes.

81. Convênios de implementação de Planos de Negócios: Foram celebrados 6 PNs no valor de **R\$ 4.906.473,65 milhões** que receberam a primeira parcela de recursos. A missão identificou que os saldos dos recursos estavam à disposição das beneficiárias em conta exclusiva da SDR. A missão informou que como estes recursos foram apresentados ao FIDA no PD nº3 todos os recursos destinados às beneficiárias necessitam estar repassados. A UGP informou que os passará em uma conta vinculada junto ao Banco do Brasil e acordou que isto estará resolvido até 31/07/2016. A liberação efetiva das parcelas dos recursos da conta vinculada será condicionada à prestação de contas aprovadas pela UGP/URGP. A missão acordou que a UGP seguirá este procedimento para todos os PNs. A missão FIDA foi informada que a realização de pleito eleitoral não coloca em risco as ações ligadas ao Projeto. Segundo a SDR, as vedações trazidas pela Lei das Eleições não afetarão o PVSA esse ano em que será realizado pleito na esfera municipal.

82. Projeto de Cooperação Técnica com IICA: As ações previstas no PCT tem colaborado com a implementação do Projeto. A missão verificou que a contabilidade deste contrato não vem sendo satisfatória e reiterou que deverá ser apresentado SOEs específicos ao FIDA quando for apresentado um novo Pedido de Saque. A missão verificou que os recursos aportados não estão sendo contabilizados em uma única conta, gerando dificuldades para sua operacionalização e contabilização; e que não estão sendo auferidos rendimentos dos recursos de contrapartida. A missão proferiu orientações e solicitou a regularização desta contabilidade a ser apresentada em 01 de agosto de 2016. Os arranjos de execução UGP – IICA deverá estar detalhado no Manual de Gestão Financeira, especialmente quanto ao tema de aquisições e contratações.

**Tabela 4. Contrato PCT IICA - PVSA**

<b>Data Assinatura</b>	20/03/2013	<b>Valor repassado</b>	R\$ 1.540.000,00
<b>Data Término</b>	19/03/2020	<b>Rendimentos</b>	R\$ 37.559,97
<b>Valor Contrato</b>	R\$ 9.724.536,00	<b>Repassado+Rendimentos</b>	R\$ 1.577.559,97
<b>Valor repassado</b>	R\$ 1.540.000,00	<b>Comprovado/Executado</b>	R\$ 165.607,32
<b>Saldo a repassar</b>	R\$ 8.184.536,00	<b>Valor a comprovar</b>	R\$ 1.411.952,65

17. Contratações IICA: Foi contratado um Coordenador de Enlace com o PCT/IICA que atua exclusivamente na elaboração, instrução e acompanhamento dos processos de aquisição realizados do âmbito do PCT/IICA. Esta contratação é financiada exclusivamente com recursos da contrapartida estadual já que, não foi contratada sob as normas do FIDA.

#### **F.6. Auditoria.**

83. A auditoria das contas de 2015 foi realizada no prazo e o Relatório já foi entregue à UGP que o entregou a missão no prazo até 30/06/2016. Os auditores emitiram opiniões sem ressalvas sobre a contabilidade do Projeto; uma opinião que considera que UGP cumpriu com exceção o atendimento às cláusulas do contrato de empréstimo devido ao não atendimento das Condições Gerais, Art.VIII, Cláusula 8.02, Letra “A”, em decorrência de não ter sido, ainda, implantado um sistema de gerenciamento de informação UGP e Art. IX, Cláusula 9.02, não ter sido encaminhamento o Relatório de Informações Financeiras do Projeto ao FIDA, cujo prazo é de até 4 (quatro) meses, a partir do fim de cada exercício fiscal, ou seja, até 30 de abril de 2016. Avaliaram também que os Controles Internos estão moderadamente satisfatórios para o gerenciamento financeiro e monitoramento. A missão recomenda que sejam atendidas brevemente as recomendações da auditoria a ser acompanhada o seu atendimento na próxima missão financeira a ocorrer em 15/08/2016. As recomendações do Relatório de Auditoria de 2013/14 em geral foram cumpridas.

#### **G. Conclusões**

84. A missão avaliou muito positivamente o progresso em vários aspectos do PVSA, com especial destaque do início da execução de PNs, assim como a aprovação de outros que devem começar a serem implementados no curto prazo. Porém, várias questões precisam de ajustes e correções:

- a. A execução de ações ainda é muito lenta, sendo executado somente o 13% do previsto no POA em 2015, e até o momento atual, 15% do previsto no POA 2016. Prevê-se que a execução dos PNs que se encontram em fase de formulação, assim como a contratação de entidades credenciadas, leve a melhorar a execução até o final do ano;
- b. ATS precisa de importantes ajustes, na operacionalização dos instrumentos de contratação e na metodologia de trabalho com as comunidades, elaboração dos PNs e assistência a sua implementação e execução. Para o presente edital são necessários ajustes nos percentuais estabelecidos para ATS e também para distribuir as cartas consultas/PNs entre as entidades credenciadas (respeitando uma divisão por lotes) permitindo maior escala e planejamento às entidades. Novas definições deverão alimentar o segundo edital para credenciar entidades: será necessário garantir que as entidades de ATS devem ser contratadas para realizar o conjunto do trabalho, iniciando com o diagnóstico e a elaboração do PN e incluindo o acompanhamento da execução deste e o acompanhamento inicial do funcionamento. Para tal, dever-se-á desvincular a contratação da entidade de ATS da aprovação previa do PN. Será ainda necessário ajustar os valores previstos para o pagamento da ATS assegurando a qualidade pela utilização de estimativas de custos em função de memórias de cálculo, em vez de percentuais do valor do investimento. O serviço a ser contratado seria o atendimento, pela entidade a ser contratada, a um número determinado de comunidades, incluindo como um dos produtos a serem entregues, um PN de boa qualidade.
- c. As ações do componente de Desenvolvimento Humano e Social apenas começaram, não sendo verificados quase avanços na execução de ações previstas em 2015 e 2016. No caso da coexecutora SETRE, é necessário ainda assegurar em todas as URGPs a presença da pessoa designada pela instituição. Também é necessário definir melhor uma estratégia operacional do Projeto para fortalecer as ações dos dois componentes nas comunidades, evitando que cada componente atue em forma isolada.
- d. As temáticas de gênero e jovens precisam de definições estratégicas e operacionais que atualmente não existem. Para promover a participação de mulheres e jovens, se recomenda preparar um edital específico para a contratação de entidades de AT especializadas. Também se recomenda contratar entidade/s especializadas em gênero para atuar como referencial/ais, sendo sua responsabilidade capacitar em matéria de gênero aos técnicos das entidades de AT credenciadas, aos técnicos da UGP, das URGPs, e das coexecutoras que trabalham diretamente com o PVSA.
- e. A efeitos de acompanhar em forma adequada as ações do Projeto, é necessário fortalecer ainda mais as URGPs, melhorando sua disponibilidade de recursos humanos, espaço físico, veículos e equipamentos. Ao mesmo tempo, é necessário avaliar o tamanho da planilha de pessoal que trabalha ao nível central, e definir em forma clara as responsabilidades e produtos de cada um dos funcionários que trabalham no Projeto, tanto na UGP como nas coexecutoras..

85. O FIDA e o Governo do Piauí determinarão a data da próxima missão em comum acordo, que será uma missão de Revisão de Meio Termo (RMT). Finalmente, a missão do FIDA agradeceu por todo o apoio prestado pelo Governo e pela equipe do Projeto para viabilizar o êxito da missão.

Teresina, 22 de junho de 2016

Francisco das Chagas Limma  
Secretário de Desenvolvimento Rural (SDR)

Hardi Vieira  
Oficial de Programas do FIDA no País

## Apêndice 1: Resumen del estado del proyecto y ratings

### Basic Facts

Country	Brazil			Project ID	1486 [1100001486]	Loan/DSF/Grant/ASAP FI No.	1000003521
Project	Semi-arid Sustainable Development Project in the State of Piauí					Top-up Loan/DSF/Grant/ASAP FI No.	
Date of Update	29-Nov-2016						
Supervising Inst.	IFAD						
No. of Supervisions	2	No. of Implementation Support/Follow-up missions	10				
Last Supervision	24-Jun-2016	Last Implementation Support/Follow-up mission	31-Mar-2016				

USD million Disb. rate %

Approval	15-Sep-2009			Total financing	39.14	
Agreement	09-Apr-2013	Effectiveness lag	43.4	IFAD Total	20.00	
Entry into force	09-Apr-2013	PAR value	-----	IFAD loan	20.00	22
First disbursement	01-Aug-2013			DSF grant		
MTR		Last amendment	15-Jul-2011	IFAD grant		
Original completion	30-Jun-2020	Last audit	30-Jun-2016	ASAP grant	0.00	0
Current completion	30-Jun-2020			Domestic Total	19.14	
Current closing	31-Dec-2020			Beneficiaries	6.67	0
No. of extensions	0			Local Gov	9.67	13
				National Govern	2.80	0
				External Cofinancing Total		

### Project Performance Ratings

B.1 Fiduciary Aspects	Last	Current	B.2 Project implementation progress	Last	Current
1. Quality of financial management	3	3	1. Quality of project management	4	4
2. Acceptable disbursement rate	3	3	2. Performance of M&E	3	3
3. Counterpart funds	5	5	3. Coherence between AWPB & implementation	3	3
4. Compliance with financing covenants	4	4	4. Gender focus	3	3
5. Compliance with procurement	4	4	5. Poverty focus	4	4
6. Quality and timeliness of audits	5	5	6. Effectiveness of targeting approach	4	4
			7. Innovation and learning	4	4
			8. Climate and environment focus	4	4

B.3 Outputs and outcomes	Last	Current	B.4 Sustainability	Last	Current
1. Desarrollo productivo	4	4	1. Institution building (organizations, etc.)	4	4
2. Desarrollo humano y social	3	3	2. Empowerment	4	4
3. Fortalecimiento institucional	4	4	3. Quality of beneficiary participation	4	4
			4. Responsiveness of service providers	4	4
			5. Exit strategy (readiness and quality)	4	4
			6. Potential for scaling up and replication	4	4

#### B.5 Justification of ratings

The government of the State continues to accord high priority to the project. The overall situation of the project has improved significantly. The project improved is reflected in its higher disbursement rate (23%) and the last disbursement was made in June 2016. Also, productive development has been the chief priority with the approval and implementation of the first 11 business plans, out of which 3 are strategic business plan with economic organizations or cooperatives. The strategic business plans have been an innovative approach, helping to speed up implementation, and have high potential for scaling up and replicability. The baseline study has made significant progress, questionnaire application in the field is ready, and now data is being process. The final report is due to be delivered by end of July. Despite progress in productive development, corrective measures need to be carried out in technical assistance and better quality assurance of business plan reviews. Beneficiary participation has been improved with higher involvement of communities and local actors. The project lacks an adequate gender strategy. Out of the 3500 project beneficiaries, less than 1/3 are women. The project human social component has made little progress. It has been agreed that the project will contract a consultancy to design an operational gender measures and their implementation. Regarding the human and social component, measures have been taken to start implementation especially with education and entrepreneurship. The measures will be implemented by the Agreement with IICA, which will allow accelerated implementation. The financial system is being finalized and internal control needs to be strengthened. Timely financial reporting are not timely available.

### Overall Assessment and Risk Profile

	Last	Current
C.1 Physical/financial assets	4	4
C.2 Food security	4	4
C.3 Quality of natural asset improvement and climate resilience	4	4
C.4 Overall <b>implementation progress</b> (Sections B1 and B2)	4	4

#### Rationale for implementation progress rating

4 rating is given to the overall implementation progress because has made solid progress over the last months, especially in the productive investment, starting implementation of business plan, design and preparation of new plans, in addition, it is expected that the implementation agency will soon sign contracts with technical assistance providers and a second process of contracting more technical assistance providers will be launched in October reinforcing this area. The human and social component lags behind but remedial measures are in place and implementation is due to gain momentum.

C.5 Likelihood of achieving the development objectives (section B3 and B4)	4	4
--	---	---

#### Rationale for development objectives rating

The project has made important progress, there is a clear plan for the activities and project disbursement, and with the human and social component picking up compounded with reinforcement with technical assistance, it is likely that the project objectives will be achieved.

#### C.6 Risks Short description of major risks for each section and their impact on achievement of development objectives and sustainability

Fiduciary aspects	The following fiduciary risks have been identified: 1) the lack of a financial system is a major issue that needs to be addressed urgently.; 2) little knowledge by the team of procurement norms of IFAD. Also, the availability of counterpart funds in a timely manner and the volume of counterpart fund for year 2016 could be a matter of concern although so far the government counterpart contribution has been made readily available. The evolution of the exchange rate in 2015, with the weakening of the local currency has led to an increase of the project financing in local currency terms, therefore increasing the project budget in local currency%.
Project implementation progress	The main risks relate to the activities of entrepreneurship (SETRE) activities of the social and human component. Another one relates to the adjustment necessary related to the technical assistance not being implemented.
Outputs and outcomes	There is also a risk regarding the process of adjusting the contracting technical assistance services. There is a risk of quality of services as the five regional offices (URGPs) needs to be strengthened so that the project field team can adequately monitor activities.
Sustainability	The quality of business plans need to be improved to ensure sustainability. Technical assistance needs to incorporate more organizational aspects and institutional building for beneficiary organizations to carry out successfully the productive activities of business plans.

### Proposed Follow-up

Issue / Problem	Recommended Action	Timing	Status
Fiduciary issues	Increase the quality of Financial Reports; capacity building of the team in IFAD's procurement norms.	Constant	Under implementation
Project implementation	To incorporate SETRE and SEDUC in project activities	October 2016	Under implementation
Technical Assistance/Productive investment	To prepare adjustments in the technical assistance arrangements and launch new process for contracting new service providers of technical assistance.	October 2016	Under implementation
Gender	To elaborate a gender strategy and start its implementation	October 2016	Under implementation
Productive investment	To accelerate the design and approval of business plan leading to productive investment	Constant	Under implementation

#### Additional observations

The will be a M&A workshop hosted by the project to all IFAD projects in Brazil. Also, an exchange visit with IFAD projects is scheduled in Piauí to replicate their experience with strategic business plans. A training on an IFAD Brazil Manual for preparation of business plans is planned for August which could help in increase the quality of future business plans,.

## Apêndice 2: Marco lógico - dados de identificação do programa

Nível Objetivo	Resumo Narrativo	Código	Nome do Indicador	Meios de Verificação	Supostos
FIN	As famílias rurais pobres da região semiárida do Piauí reduziram os níveis de pobreza	00.00.01	20% das famílias com melhorias no índice de propriedade de bens domésticos	• Enquetes de referência • Avaliação a médio prazo e final de resultados e impactos • Dados estatísticos nacionais (IBGE) Linha de Base (Fundação Cepro)	Secas. Problemas de gestão dos projetos.
		00.00.02	10% de redução na prevalência de desnutrição infantil, por sexo		
PROPOSITO	As famílias rurais pobres da região semi-árida do Piauí sustentavelmente melhoraram as suas rendas, oportunidades de emprego e ativos produtivos	00.00.03	22000 famílias rurais pobres beneficiárias diretas dos serviços do projeto	• Enquetes de referência • Avaliação a médio prazo e final de resultados e impactos • Dados estatísticos nacionais (IBGE) • Estudos específicos de atividades econômicas locais • Sistematizações de experiências e estudos de caso • Avaliações participativas pelos beneficiários • Registro comercial Local • Sistema de informação da SETRE sobre o trabalho • Documentos produzidos de políticas e estratégias	• Secas • Acesso e regularização das terras continua a ser facilitada pelo GOB • Infra-estruturas sociais e básicas continuarão a ser fornecidos pelo GOB • Mercados alvos estáveis e capazes de absorver a produção incremental • Seguem as políticas públicas de reabilitação dos serviços de extensão • Problemas de acesso à terra
		00.00.04	7100 novos empregos criados pelas atividades econômicas apoiadas pelo projeto		
		00.00.05	Pelo menos 5 experiências de desenvolvimento sistematizadas são replicadas e/ou ampliadas		
Componente 1 – Desenvolvimento produtivo	Produto 1.1. Pequenos produtores beneficiários apoiados para fortalecer as suas organizações e melhorar o seu acesso aos mercados e participação nas cadeias produtivas	01.01.01	Grupos de produção agrícola formados (RIMS 1.2.8)	• Avaliação a médio prazo e final de resultados e impactos • Sistema de Informação para a Gestão (SIG) e Programas de Trabalho e Orçamentos Anuais (PTOA) • Relatórios de atividades dos parceiros técnicos e sistema de Monitoramento e Avaliação • Enquetes às organizações de produtores • Avaliações participativas pelos beneficiários	• Secas • Acesso e regularização das terras continuam a ser facilitada pelo GOB • Infra-estruturas sociais e básicas continuam a ser fornecidos pelo GOB • Mercados alvos estáveis e capazes de absorver a produção incremental • Seguem as políticas públicas de reabilitação dos serviços de extensão Mudança da equipe de governo Legalização das áreas para instalação de infraestruturas coletivas
		01.01.02	DRP (Diagnósticos Rurais Participativos) finalizados		
		01.01.03	22 000 produtores (40% mulheres) formados com técnicas de produção agrícola e não agrícola (desagregado por produção e sexo)		
		01.01.04	18 000 produtores recebem assistência técnica e recursos financeiros para investimentos produtivos individuais (USD 15,6 milhões)		
		01.01.05	8 500 produtores recebem assistência técnica e recursos financeiros (USD 2,6 milhões) para criar 112 unidades de agro-transformação		
		01.01.06	1 000 pequenas empresas não agrícolas (artesanato) recebem assistência técnica e recursos financeiros para investimento		
		01.01.07	21 extensionistas e 326 Agentes de Desenvolvimento Local operacionais		
		01.01.08	3 300 mulheres beneficiadas pelas pequenas empresas agrícolas (2800) e não agrícolas (500)		

Nível Objetivo	Resumo Narrativo	Código	Nome do Indicador	Meios de Verificação	Supostos
Componente 2. Desenvolvimento Humano e Social	Produto 2.1. Os jovens, especialmente as crianças, têm acesso a conhecimentos específicos relacionados com o ambiente semi-árido	02.01.01	1 500 professores formados e aplicando conhecimentos específicos sobre a realidade do semi-árido	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação de médio prazo e final de resultados e impactos</li> <li>• SIG e PTOA do projeto</li> <li>• Relatórios de atividades dos parceiros técnicos e sistema de Monitoramento e Avaliação</li> <li>• Avaliações participativas pelos beneficiários</li> <li>• Sistematização e estudos de caso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudanças no Governo poderia implicar mudanças de pessoal</li> <li>• Falta de experiência das Equipes técnicas da CCSA.</li> </ul>
		02.01.02	12 000 crianças em 100 escolas primárias atendidas com ações de difusão e geração de conhecimento e tecnologias adaptados ao semi-árido		
		02.01.03	64 sistemas PAIS instalados em 64 escolas públicas do semi-árido		
	Produto 2.2. Os beneficiários, especialmente os jovens, se beneficiam de uma melhor qualificação técnica para a inserção no mercado de trabalho	02.02.01	• 300 bolsas recebidas por jovens rurais para pesquisas em tecnologias produtivas adaptadas ao semi-árido e associadas às cadeias produtivas		
		02.02.02	• 3500 jovens recebem formação profissional, dos quais 50% são mulheres		
		02.02.03	• 980 bolsas de estágio em escolas agro-técnicas e escolas famílias agrícolas (EFAs)		
		02.02.04	• 1 Centro de Atendimento ao Trabalhador é instalado		
		02.02.05	• 960 jovens rurais treinados e selecionados para incubar algum negócio agrícola o não-agrícola		



Nível Objetivo	Resumo Narrativo	Código	Nome do Indicador	Meios de Verificação	Supostos
Componente 3. Fortalecimento Institucional	Produto 3.1. As instituições rurais são apoiadas para reforçar as suas capacidades de prestação de assistência técnica e execução de políticas de desenvolvimento rural no semi-árido	03.01.01	100 funcionários públicos treinados em metodologias de identificação, formulação e acompanhamento de projetos produtivos associativos	• SIG e PTOA do projeto • Relatórios de atividades dos parceiros técnicos e sistema de Monitoramento e Avaliação • Avaliações participativas pelos beneficiários • Sistematização e estudos de caso	• Segue a promoção da participação local nas políticas e governança locais
		03.01.02	As instituições de extensão rural envolvidas no projeto implementam metodologias participativas de identificação, formulação e acompanhamento de projetos produtivos associativos		
		03.01.03	4 consórcios temáticos e/ou territoriais fomentados		
		03.01.04	6 oficinas dos consórcios organizadas		
		03.01.05	16 experiências de desenvolvimento sistematizadas e 9 estudos de caso realizados		
Componente 4. Gestão do projeto e Monitoramento e Avaliação	Produto 4.1. A unidade de gestão do projeto é estabelecida e funciona de maneira adequada aos requisitos do projeto	04.01.01	Os 5 escritórios regionais se compõem cada um de 2 técnicos da CCSA, 2 técnicos da EMATER, 1 técnico da SETRE e um técnico da SEDUC	• SIG e PTOA do projeto • Relatórios de atividades dos parceiros técnicos e sistema de Monitoramento e Avaliação • Relatórios de auditorias • Relatórios de supervisão	• Mudanças no Governo poderia implicar mudanças de pessoal • Falta de experiência das equipes técnicas da CCSA
		04.01.02	As missões de supervisão avaliam a gestão financeira e técnica como satisfatória		
		04.01.03	70% das intervenções/atividades efetivamente executadas como previstas no PTOA		
		04.01.04	50% dos funcionários do projeto são mulheres		
		04.01.05	Os sistemas de Informação para a Gestão e M&A operacionais (enquetes de referência, RIMS, avaliações participativas, etc)		

### Apêndice 3 : Plano de Trabalho FIDA-Governo do Piauí

#### Seguimento Técnico

Nº	Atividade	Meta	Prazo
01	Assessoria técnica (ATS)	- Efetuar ajustes no presente Edital; - Preparar novo edital e enviar para NO do FIDA	10/07/16 10/10/16
02	Planos de negócios (PNs) / investimentos produtivos	- Efetuar ajustes nos critérios de acesso aos investimentos produtivos; - Finalizar Termo de Colaboração com Casa Apis e enviar para NO do FIDA; - Finalizar Termo de Colaboração com "viabilizadores" (Cáritas e FUNDED) e enviar para NO do FIDA; - Finalizar e aprovar demais 150 PNs;	30/07/16 15/08/16 15/09/16 31/12/16
03	Estratégia de Gênero	- Contratar assessor/a técnico/a para desenhar e apoiar a implementação da estratégia de gênero do PVSA	10/08/16
04	Ajustes no MOP	- Efetuar atualização e ajustes no MOP e enviar para NO do FIDA	10/09/16
05	Coordenador e Gerente de M&A	- Enviar carta ao FIDA solicitando NO para Coordenador do PVSA; - Nomear Coordenadora de M&A	24/06/16 30/06/16
06	Contratar especialistas para equipe	- Rever TdR dos especialistas em PN/cadeias produtivas e enviar para NO do FIDA	15/07/16
07	monitoramento e avaliação (M&A)	- Finalizar aplicação dos questionários no campo; - Apresentar relatório resultados da linha de Base no workshop M & A - Apresentar relatório final da linha de base	30/06/16 13/07/16 30/07/16
08	UGP e URGPs	- Definir funcionograma de pessoal do PVSA; - Efetuar ampliação do espaço físico da UGP e das URGPs; - Efetuar aquisição de 7 veículos caminhoneta;	10/07/16 31/12/16 10/08/16
09	Ações SEDUC	- Iniciar a capacitação de professores, formadores e gestores para início do acompanhamento nas escolas - Efetuar diagnóstico das escolas e vincular com investimento produtivo	15/09/16 30/07/16
10	Ações SETRE	- Iniciar curso de capacitação - Efetuar estudos de mercado e diagnóstico	30/10/16 30/09/16

#### Seguimento Administrativo e Financeiro

Nº	Atividade	Meta	Prazo
11	Sistema contábil do Projeto	- Disponibilizar sistema contábil do Projeto para emissão de demonstrativos de acordo com os formulários FIDA	30/07/16
12	Comissão de Licitação do Projeto	- Publicação da Portaria com a nova composição da Comissão de Licitação de internet;	30/06/16
13	Edital ATS e novo Edital	- Publicar nota de esclarecimento do edital em curso; - Preparar TdR e documentos do novo edital	01/07/16 30/09/16
14	Atualizar a contabilidade do Projeto de Cooperação Técnica (PCT) com IICA	- Enviar relatórios ao FIDA	30/07/16
15	Complementar Manual de Procedimento Financeiro	- Adequar no Manual para definição das rotinas e fluxos entre a UGP e o IICA e sobre a avaliação periódica do pessoal do projeto;	30/08/16
16	Repassar recursos aos convenientes	- Efetuar repasse	15/07/16
17	Revisar os SOEs de contrapartida	- Enviar demonstrativo ao FIDA	15/08/16
18	Repasse de contrapartida ao IICA	- Manter <i>pari passu</i>	20/07/16

## Apêndice 4: Avanço de indicadores respeito do POA (junho de 2016)

Resumo Narrativo	Código	Dados do Indicador									Acumulativo Efetivo	Estimativa Objetivo	
		Nome do indicador	Meta POA 2015	Efetivo 2015	%	Meta POA 2016	Efetivo 2016	%					
<b>META</b>	00.00.01	20% das famílias com melhorias no índice de propriedade de bens	-	-	0%	-	-	0%	-	-	-	20%	0%
As famílias rurais pobres da região semi-árida do Piauí reduziram os níveis da pobreza	00.00.02	10% de redução na prevalência de desnutrição infantil, por sexo (RIMS 3º. nível)	-	-	0%	-	-	0%	-	-	-	10%	0%
<b>OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO</b>	00.00.03	22 000 famílias rurais pobres beneficiárias diretas dos serviços do projeto. 75 000 famílias beneficiárias indiretamente.	2 000	818	41%	3 000	1 038	35%	1 038	22 000	5%		
		Pessoas beneficiárias (RIMS 1.8.1)	8 000	3 435	43%	9 000	3 500	39%	3 500	88 000	4%		
		Mulheres	5 000	1 442	29%	6 000	1 690	28%	1 690	50 000	3%		
		Jovens	1 000	68	7%	2 000	281	14%	281	10 000	3%		
		Famílias Beneficiárias indiretamente (RIMS 1.8.2)	2 000	818	41%	3 000	-	0%	818	75 000	1%		
	00.00.04	• 7 100 novos empregos criados pelas atividades econômicas apoiadas pelo projeto	0	0	0%	-	-	0%	-	7 100	0%		
	00.00.05	• Pelo menos 5 experiências de desenvolvimento sistematizadas são replicadas e/ou ampliadas	0	0	0%	-	-	0%	-	5	0%		
<b>COMPONENTE 1 – Desenvolvimento produtivo</b>	01.01.01	Grupos de produção agrícola formados (RIMS 1.2.8)	10	2	20%	30	11	37%	11	100	11%		
Pequenos produtores beneficiários apoiados para fortalecer as suas organizações e melhorar o seu acesso aos mercados e participação nas cadeias produtivas	01.01.02	DRP (Diagnósticos Rurais Participativos) finalizados	100	20	20%	100	23	23%	23	500	5%		
	01.01.03	• 22 000 produtores (40% mulheres) formados com técnicas de produção agrícola e não agrícola (desagregado por produção e sexo)	2 500	0	0%	2 500	-	0%	-	22 000	0%		
	01.01.04	• 18 000 produtores recebem assistência técnica e recursos financeiros para investimentos produtivos individuais	2 000	0	0%	2 000	54	3%	54	18 000	0%		
	01.01.05	• 8 500 produtores recebem assistência técnica e recursos financeiros (USD 2,6 milhões) para criar 112 unidades de agro-transformação	0	0	0%	-	-	0%	-	8 500	0%		
	01.01.06	• 1 000 pequenas empresas não agrícolas (artesanato) recebem assistência técnica e recursos financeiros para investimento	0	0	0%	-	-	0%	-	1 000	0%		
	01.01.07	• 21 extensionistas e 326 Agentes de Desenvolvimento Local operacionais	0	0	0%	-	-	0%	-	347	0%		
	01.01.08	• 3 300 Mulheres beneficiadas pelas pequenas empresas agrícolas (2800) e não agrícolas (500)	500	343	69%	500	-	0%	343	3 300	10%		

Resumo Narrativo	Código	Dados do Indicador									
		Nome do indicador	Meta POA 2015	Efetivo 2015	%	Meta POA 2016	Efetivo 2016	%	Acumulativo Efetivo	Estimativa Objetivo	%
<b>COMPONENTE 2–Desenvolvimento Humano e Social</b>	02.01.01	• 1 500 professores formados e aplicando conhecimentos específicos sobre a realidade do semi-árido	150	0	0%	150	-	0%	-	1 500	0%
Os beneficiários, especialmente os jovens, se beneficiam de uma melhor qualificação técnica para a inserção no mercado de trabalho	02.01.02	• 12 000 crianças em 100 escolas primárias atendidas com ações de difusão e geração de conhecimento e tecnologias adaptados ao semi-árido	1 200	0	0%	1 200	-	0%	-	12 000	0%
	02.01.03	• 64 sistemas PAIS instalados em 64 escolas públicas do semi-árido	0	0	0%	-	-	0%	-	64	0%
	02.02.01	• 300 bolsas recebidas por jovens rurais para pesquisas em tecnologias produtivas adaptadas ao semi-árido e associadas às cadeias produtivas	0	0	0%	-	-	0%	-	300	0%
Os beneficiários, especialmente os jovens, se beneficiam de uma melhor qualificação técnica para a inserção no mercado de trabalho	02.02.02	• 3500 jovens recebem formação profissional, dos quais 50% são mulheres	0	0	0%	-	-	0%	-	3 500	0%
	02.02.03	• 980 bolsas de estágio em escolas agro-técnicas e escolas famílias	0	0	0%	-	-	0%	-	980	0%
	02.02.04	• 1 Centro de Atendimento ao Trabalhador é instalado	0	0	0%	-	-	0%	-	1	0%
	02.02.05	• 960 jovens rurais treinados e selecionados para incubar algum negócio agrícola o não-agrícola	0	0	0%	-	-	0%	-	960	0%
<b>Componente 3 - Fortalecimento Institucional</b>	03.01.01	• 100 funcionários públicos treinados em metodologias de identificação, formulação e acompanhamento de projetos produtivos associativos	50	10	20%	100	-	0%	10	100	10%
As instituições rurais são apoiadas para reforçar as suas capacidades de prestação de assistência técnica e execução de políticas de desenvolvimento rural no semi-árido	03.01.02	• As instituições de extensão rural envolvidas no projeto implementam metodologias participativas de identificação, formulação e acompanhamento de projetos produtivos associativos	1	1	100%	1	1	100%	-	1	0%
	03.01.03	• 4 consórcios temáticos e/ou territoriais fomentados	0	0	0%	0	0	0	0	4	0%
	03.01.04	• 6 oficinas dos consórcios organizadas	0	0	0%	0	0	0	0	6	0%
	03.01.05	• 16 experiências de desenvolvimento sistematizadas e 9 estudos de caso realizados	0	0	0%	0	0	0	0	25	0%

Resumo Narrativo	Código	Dados do Indicador									
		Nome do indicador	Meta POA 2015	Efetivo 2015	%	Meta POA 2016	Efetivo 2016	%	Acumulativo Efetivo	Estimativa Objetivo	%
<b>Componente 4 - Gestão do projeto e Monitoramento e Avaliação</b>	04.01.01	• Os 5 escritórios regionais se compõem cada um de 2 técnicos da CCSA, 2 técnicos da EMATER, 1 técnico da SETRE e um técnico da SEDUC	2	0	0%	5	5	100%	5	5	100%
A unidade de gestão do projeto é estabelecida e funciona de maneira adequada aos requisitos do projeto	04.01.02	• As missões de supervisão avaliam a gestão financeira e técnica como satisfatória	100%	100%	100%					100%	0%
	04.01.03	• 70% das intervenções/atividades efetivamente executadas como previstas	70%	20%	29%					70%	0%
	04.01.04	• 50% dos funcionários do projeto são mulheres	50%	50%	100%	50%	38%	76%	38	50%	76%
	04.01.05	• Os sistemas de Informação para a Gestão e M&A operacionais (enquetes de referência, RIMS, avaliações participativas, etc)	0	0	0%	0	0	0	0	1	0%

## Apêndice 5: Aspectos financeiros

### Execução financeira efetiva, por financiador e componente, e desembolsos por categoria

Quadro 5A: Execução Financeira		por financiador	18/03/2015
Aprovado (USD)	Atual (USD)	Desembolsado (USD)	
			1197587,65
20.000.000,0	17.796.649,0	2.000.000,0	11%
		1.196.710,6	12%
9.671.000,0	9.671.000,0		
		3.196.710,6	12%
29.671.000,0	27.467.649,0		

Quadro 5B: Execução Financeira por financiador e componente (USD 1,000)

18/03/2015

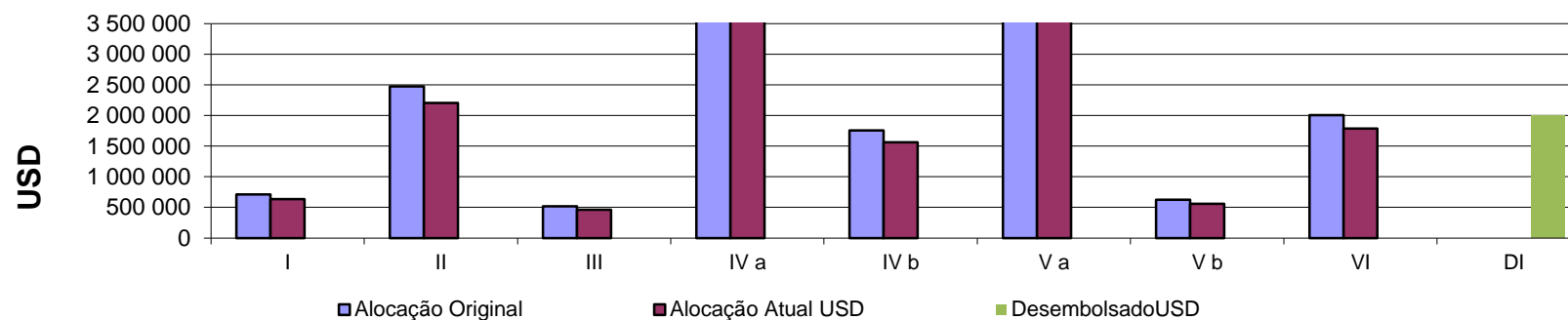
Componente	FIDA			Governo			Total		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
1 Desenv. Social e Humano	1.839,3		0,0%	2.307,0		0,0%	4.146,3	-	0,0%
2 Desenvolv. Produtivo	14.183,0		0,0%	3.768,0	56,1	1,5%	17.951,0	56,1	0,3%
3 Fortalecimento Inst.	706,5		0,0%	169,0		0,0%	875,5	-	0,0%
4 Unidade de Gestão do Projeto	1.067,8	5,5	0,5%	3.428,0	1.140,6	33,3%	4.495,8	1.146,1	25,5%
Total	17.796,6	5,5	0,0%	9.672,0	1.196,7	12,4%	27.468,6	1.202,2	4,4%

Fonte: UGP/PMVS

**Quadro 5 C: Desembolsos por Categorias (USD)**

	Descrição da Categoria	SDR	Alocação Original	Alocação Atual USD	Desembolsado USD	Pedido Pendente USD	Saldo
I	Equipamentos e Veículos	455.000	712.557	634.057	0	0	634.057
II	Treinamento - Cursos e Oficinas	1.580.000	2.474.375	2.201.779	0	0	2.201.779
III	Convênios e Contratos para Serviços Técnicos	330.000	516.800	459.865	0	0	459.865
IV a	Fundos de Investimentos Produtivos	4.364.000	6.834.286	6.081.369	0	0	6.081.369
IV b	Fundos de Investimentos Agroprocessamento	1.120.000	1.753.987	1.560.755	0	0	1.560.755
V a	Custos Recorrentes/Salários ADLs, Extencionistas	3.240.000	5.074.034	4.515.040	0	0	4.515.040
V b	Custos Recorrentes/Custos Operacionais	400.000	626.424	557.412	0	0	557.412
VI	Não alocado	1.281.903	2.007.537	1.786.372	0	0	1.786.372
DI	Depósito Inicial	0 -	0	0	2.000.000	0	-2.000.000
	Total	12.770.903	20.000.000	17.796.649	2.000.000	0	15.796.649

**Gráfico 1: Desembolsos, comparação das alocações original, atual e desembolsos efetivos**



## Apêndice 6: Cumprimento das cláusulas legais: estado de implementação em 21/03/2016

Projeto Viva o Semiárido/Mais Viver Semiárido  
Empréstimo FIDA I-788BR

Sección	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
<b>Seção B, 7</b>	<b>Conta Operativa.</b> O mutuário deverá abrir a Conta Operativa e a partir daí manter em um banco comercial aceito pelo Fundo, para recebimentos dos fundos do empréstimo e contrapartida	anualmente	cumprido	A Conta operativa foi aberta
<b>Seção B, 8</b>	<b>Contrapartida.</b> Durante o período de execução do projeto, o mutuário deverá prover fundos de contrapartida oriundas de seus próprios recursos em um montante de US\$ 9.671.000).	anualmente	Parcialmente cumprido	Até o momento da supervisão o projeto não havia disponibilizados os recursos financeiros de contrapartida tempestivamente e em quantidade adequada . Apenas em pessoal.
<b>Seção C, 1</b>	<b>Agência Líder/Executora.</b> A responsabilidade pela execução do projeto é exercida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Agência Executora é a Secretaria de Desenvolvimento Rural -SDR	anualmente	cumprido	A UGP foi estabelecida por meio da Portaria
<b>Seção F, 1</b>	<b>Manual de Implementação/Operações do Projeto.</b> O MIP/MOP não foi desconsiderado, suspenso, cancelado, alterado ou modificado sem a devida anuência do FIDA.	anualmente	Cumprido Parcialmente	Parte dos passos para definição dos Planos de negócios não seguiram os processos previstos no Manual.
<b>Seção F, 2 (a)</b>	<b>Condições de Desembolso.</b> As condições específicas para desembolsos foram cumpridas i) Acordo de Garantia assinado; ii) NO na versão final do MIP; iii) NO no estabelecimento da UGP; iv) Contas Designadas Abertas; v) Fluxo de fundos e procedimentos financeiros estabelecidos	No início do projeto	cumprida	
<b>Seção F, 2 (b)</b>	<b>Fundo de Investimento Produtivos.</b> Para uso dos fundos desta categoria as Normas de execução do Fundo de Investimentos Produtivos necessita da não objeção do FIDA. Comitê Executivo do Fundo. Seu estabelecimento e composição necessita da não objeção do FIDA.	Antes do financiamento aos Investimentos	cumprido	Consta no Manual
<b>Seção F, 3</b>	<b>Emenda.</b> Nenhuma emenda foi realizada no Contrato de Empréstimo sem a anuência do Garantidor do Empréstimo.	anualmente	cumprido	
<b>Anexo 1, II, 1</b>	<b>Agência Líder/Executora.</b> A responsabilidade pela execução do projeto é exercida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Agência Executora é a Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR	anualmente	cumprido	



Sección	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
<b>Anexo 1, II, 2</b>	<b>UGP.</b> A UGP foi estabelecida e seu Coordenador foi indicado e os TORs do pessoal-chave foi aprovado pelo Fundo.	anualmente	cumprido	
<b>Anexo 1, II, 7</b>	<b>Comitê Gestor.</b> Foi estabelecido o CONGEP	anualmente	cumprido	Decreto nº 15.204, de 10/06/2013
<b>Anexo 1, II, 11</b>	<b>Acordos Subsidiários.</b> Os arranjos de implementação com as demais Secretarias de Estado e outros partícipes foram estabelecidos	anualmente	cumprido	Assinados em 11/02/2015
<b>Anexo 1, II, 9</b>	<b>Fundo de Investimentos Produtivos.</b> Foi estabelecido e está operante.	Antes de financiar	Cumprido	
<b>Anexo 1, II, 11</b>	<b>Vinculação ao MIP.</b> O Projeto tem sido executado conforme o MIP. Este está elaborado e possui todas as informações estabelecidas no acordó.	Início do projeto	Cumprido parcialmente	
<b>Anexo 2, 1</b>	<b>Gastos Admissíveis.</b> Os Gastos Admissíveis tem sido financiadas nos montantes, porcentagens e definições conforme indicadas no Anexo 2 do contrato de empréstimo	anualmente	cumprido	
<b>Condições Gerais do FIDA integrantes ao Contrato</b>				
<b>Seção 4.02, b) das CG</b>	<b>Pre-requisitos de Saque.</b> Nenhum saque será efetuado sem a aprovação do primeiro POA e de todas as condições especificadas no Contrato de Empréstimo	anualmente	cumprido	
<b>Seção 4.04, b) das CG</b>	<b>Carta de Assinaturas.</b> Envio da Carta de Assinaturas para solicitação de Pedidos de Saque	anualmente	cumprido	Falta atualização. Será enviada junto ao próximo Pedido de Saque
<b>Seção 4.04, c) das CG</b>	<b>Documentos de justificação.</b> Apresentação dos documentos e meios de comprovação exigida junto aos Pedidos de Saque	anualmente	cumprido	
<b>Seção 4.04, d) das CG</b>	<b>Conta Designada.</b> O mutuário devera abrir e a partir daí manter em um banco comercial proposto pelo Mutuário e aceito pelo Fundo.	Início do projeto	cumprido	
<b>Seção 4.08, a) das CG</b>	Os Gastos Admissíveis tem sido financiadas: i) sobre custos razoáveis e contratados conforme Diretrizes do FIDA; ii) Durante o período de execução do projeto, salvo os gastos de encerramento que poderão ser efetuados após a data de conclusão e antes da data de encerramento; iii) Por partícipe do Projeto;	anualmente	cumprido	

Sección	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
	iv) Realizada até o montante e a porcentagem indicada no Contrato de Empréstimo;			
<b>Seção 4.08, c) e d) das CG</b>	Os Gastos Admissíveis não tem sido financiadas para pagamentos a pessoas ou empresas oriundos de países com restrições definidas em uma decisão do Conselho de Segurança da ONU. ou à empresas ou pessoas cujos bens e serviços foram constituintes de corrupção, fraude ou prática coeçitiva ou colusória por parte de representantes do Mutuário ou fornecedoras de países com restrições de uma decisão do Conselho de Segurança da ONU.	anualmente	cumprido	
<b>Seção 7.01, b) (ii) das CG</b>	<b>Plano Operativo Anual.</b> Antes de cada ano do projeto, a UGP deverá , se necessário, apresentar a minuta do POA ao órgão de supervisão designado pelo mutuário para a sua revisão . Após a revisão A UGP deverá apresentar a minuta do POA ao Fundo para comentários.A UGP deverá adotar o POA na forma aceita pelo Fundo.	anualmente	cumprido	POA 2015: enviado em 30/10/2014
<b>Seção 7.05 das CG</b>	<b>Aquisições e contratações</b> em conformidade com as normas do FIDA e Carta ao Mutuário	anualmente	cumprido	
<b>Seção 7.06 das CG</b>	<b>Uso de bens e serviços.</b> Bens, serviços e instalações são utilizados exclusivamente para os fins do Projeto	anualmente	cumprido	
<b>Seção 7.07 das CG</b>	<b>Manutenção.</b> Instalações e obras financiadas com recursos do empréstimo em condições de manutenção aceitáveis	anualmente	Cumprido parcialemtnetne	Com infiltrações
<b>Seção 7.08 das CG</b>	<b>Seguros.</b> a) A UGP mantém segurados todos os bens adquiridos e instalações utilizadas contra riscos e em valores compatíveis e b) bens importados contra riscos durante a aquisição, transporte e entrega até o lugar em que este seja utilizado ou instalados	anualmente	cumprido	
<b>Seção 7.11 das CG</b>	<b>Pessoal-chave do Projeto.</b> O mutuário designará o Diretor e pessoal-chave do Projeto na forma especificada no Contrato de Empréstimo, com qualificações e experiencia adequadas aprovadas pelo Fundo,  mantê-los durante todo o período de execução do Projeto, e assegurados contra riscos de saúde e acidentes nos termos das práticas da administração pública nacional.	anualmente	Cumprido parcialmente	Faltam nomeações (vide MEMO)

Sección	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
<b>Seção 8.01 das CG</b>	<b>Registros e documentação.</b> Os registros e documentação são adequados, refletem as operações relativas à execução do Projeto, e são mantidos arquivados em instalações adequadas.	anualmente	Cumprido parcialmente	Embora arquivados, não estão organizados adequadamente
<b>Seção 8.02 a) das CG</b>	<b>Sistema de Gestão de Informações</b> adequado satisfatório e operacional em conformidade com as Diretrizes de Avaliação de Projetos do FIDA	Início do projeto	Não cumprido	
<b>Seção 8.03 a) das CG</b>	<b>Relatórios de Progresso.</b> O mutuário enviará periodicamente o respectivo relatório com conteúdo adequado.	anualmente	cumprido	Relatório 2014/2 entregue em 10/03/2015
<b>Seção 8.03 b) das CG</b>	<b>Revisão de Meio Período.</b> O mutuário junto ao FIDA realizam um revisão de meio período.	No terceiro ano do projeto	n/a	
<b>Seção 8.04 das CG</b>	<b>Relatório de Conclusão do Projeto.</b> O mutuário enviará semestralmente o respectivo relatório com conteúdo adequado.	No sexto ano de projeto	n/a	
<b>Seção 9.01 das CG</b>	<b>Registros Financeiros.</b> Os executores utilizarão contas e registros específicas e adequados para refletir de forma segregada, as operações, recursos e gastos relativos ao Projeto	anualmente	Cumprido parcialmente	Devido à falta do Sistema informático os registros não encontram-se totalmente segregados
<b>Seção 9.01 das CG</b>	<b>Demonstrações Financeiras.</b> O mutuário deverá elaborar as demonstrações financeiras das operações, recursos e despesas relativas ao projeto a cada exercício fiscal, apresentando essas demonstrações financeiras ao Fundo no prazo de quatro meses contados do final desse período.	Anualmente	Cumprido parcialmente	Não disponibilizaram tempestivamente ao FIDA e aos auditores as Demonstrações
<b>Seção 9.03 a) das CG</b>	<b>Auditoria das Contas.</b> O mutuário fará com que as demonstrações financeiras relacionadas ao Projeto sejam auditadas a cada exercício fiscal por Auditores Independentes aceitáveis ao Fundo de acordo com as Diretrizes do FIDA para auditoria de projetos, de uso dos mutuários.	anualmente	Cumprido parcialmente	Atraso na contratação, entrega do relatório e pagamento dos auditores
<b>Seção 9.03 b) das CG</b>	<b>Relatório de Auditoria.</b> O mutuário deverá enviar uma cópia certificada do respectivo relatório ao Fundo e dentro do prazo de seis meses do final da cada exercício fiscal. Submeterá também ao Fundo a resposta à Carta Gerencial emitida pelos auditores, dentro de um mês após recebe-la.	anualmente	Cumprido parcialmente	Entregue em 25/09/2014

Sección	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
<b>Seção 9.04 a) das CG</b>	<b>Outros Relatórios Financeiros.</b> O mutuário enviará ao Fundo prontamente os demais relatórios que o Fundo razoavelmente solicite sobre qualquer assunto financeiro relacionado ao Projeto	anualmente	Cumprido parcialmente	Não foi enviado o relatório do 1º Semestre de 2014 e o do 2º semestre foi entregue fora do prazo.
<b>Seção 10.03 das CG</b>	<b>Avaliações.</b> O Mutuario e cada parte do Projeto deverao facilitar todas al avaliacoes e análise de Projeto que o Fundo possa eventualmente realizar durante a execucao do projeto, e durante dez años apos essa data.	anualmente	Cumprido parcialmente	Os auditores tiveram dificuldades de obter dados financeiros